

HISTÓRIA TEXTOS



200

anos da independência do Brasil...
... e como foi em Pernambuco!

—

MEU PAÍS
RECIFE
SAÚDA
MEU PAÍS
BRASIL.

7 DE SETEMBRO
Homenagem da
Prefeitura do Recife
ao Brasil pelos
200 anos de
independência.



recife.pe.gov.br

Engenho de Mídia

Diretoria

Sergio Moury Fernandes
Luciano Moura

Projeto Gráfico e Design

Bruno Falcone Stamford

Ilustração

Thiago Lucas

Editorial

Carol Bradley - Textos e edição
José Neves Cabral - Pesquisa e Textos
George Cabral - Consultoria técnica

Tiragem: 5.000 exemplares

ENGENHO DE MÍDIA
COMUNICAÇÃO LTDA

R. Dr. Luiz Gonçalves, 22 Lot.0001 Qd.25
São Judas Tadeu | Salgadinho | Olinda | PE

www.engenhodemidia.com.br

Apresentação	6
Introdução	10
A Revolução Pernambucana de 1817	12
A Revolução de 1821	26
Os caminhos que levaram à Independência do Brasil	40
1824 - A Confederação do Equador	62
A Maçonaria e as lutas libertárias	78
Artigos	86

A primeira Capital Brasileira
da Cultura celebra os 200 anos
de independência do Brasil.
Olinda faz parte dessa história.

Há 40 anos, Patrimônio da Humanidade da Unesco.
Desde sempre, Patrimônio Histórico do
coração dos brasileiros.

*A*o pensarmos na história da Independência do Brasil, quase sempre recordamos de imediato do famoso quadro de Pedro Américo intitulado “Independência ou morte”. Nele, dom Pedro I é a figura central de um processo ocorrido quase totalmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais e centrado nas figuras que orbitavam em torno do futuro imperador do Brasil. Mas o processo de independência foi muito mais complexo do que a história oficial ensinada a gerações e gerações nos faz crer. Existem muitos capítulos dessa história que precisam ser lembrados e conhecidos pelos brasileiros, principalmente pelos pernambucanos, uma vez que Pernambuco foi o cenário para alguns dos momentos mais vibrantes daquele período.

Herdeiros da memória histórica das lutas contras os invasores holandeses, os pernambucanos realizaram importantes movimentos libertários nas primeiras décadas do século XIX. À tradição de luta se juntaram as ideias do Iluminismo francês, que defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Em 6 de março de 1817, eclodiu no Recife uma revolução republicana que, pela primeira vez na história da monarquia portuguesa até então, conseguiu derrubar os poderes coloniais e fundar um novo país. A forte repressão do rei dom João VI derrotou a República de Pernambuco após 75 dias. Seus líderes foram executados e centenas de participantes foram presos. A primeira independência do Brasil começou entre nós e deixou marcas profundas. Na sequência da Revolução do Porto (Portugal, 24 de agosto de 1820), um novo movimento rebelde se iniciou em 29 de agosto de 1821, exigindo a adesão de Pernambuco ao sistema constitucional, a expulsão do governador português e a eleição de um governo para a província. Esse movimento foi vitorioso e Pernambuco ficou autônomo em relação a Portugal, onde estava o rei dom João VI e ao Rio de Janeiro, onde estava o príncipe regente dom Pedro.

Em 1822, Pernambuco aceitou, depois de muitas pressões, se juntar ao projeto de independência de dom Pedro I, mas a traição do imperador aos seus juramentos constitucionais levou os pernambucanos a mais uma vez fazerem uma revolução em 1824. Novamente se fundou um país ao qual foi dado o nome de Confederação do Equador. Entre os seus líderes estava Frei Caneca, que acabou sendo um dos executados pela repressão do imperador após a derrota do movimento. Em meio a todas estas discussões e conflitos, não podemos esquecer a influência da existência da escravidão entre nós e de suas marcas em nossa sociedade. A independência não foi acompanhada da abolição e isso fez uma grande diferença nos caminhos

*"Quem bebe da minha 'caneca'
tem sede de liberdade"*

Frei Caneca

O segredo da liberdade é ter
confiança, sorte e acreditar num
futuro melhor.



Sua Felicidade é Aqui!

que nosso país tomou.

Todas estas histórias pernambucanas fazem parte da história da Independência do Brasil. Os movimentos pernambucanos de 1817 e 1824, embora não tenham sido vencedores, interferiram na forma como o Brasil ficou independente, permitindo uma adesão, ainda que precária, ao sistema constitucional. Isso impediu o surgimento de uma monarquia totalmente absolutista e deu espaço para alguma descentralização do poder no período imperial. Os momentos críticos do processo da Independência do Brasil em Pernambuco nos fazem ver que existiam diversas opções possíveis para o início de nossa trajetória como país politicamente autônomo. A história também é feita daquilo que poderia ter sido e não foi. As possibilidades sufocadas dizem muito sobre como as decisões tomadas naquela época interferiram diretamente na forma como lidamos desde então com alguns dos mais graves problemas de nossa sociedade. Compreender melhor estas questões é um passo importante para buscar soluções para elas.

Na presente publicação, vamos conhecer alguns dos mais importantes lances desse período tão marcante de nossa história, uma fase de nosso desenvolvimento como povo que é crucial para entender várias das características de nossa atual sociedade brasileira.

George F. Cabral de Souza

Professor do Departamento de História da UFPE

Doutor em História pela Universidade de Salamanca

*Membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
e da Academia Pernambucana de Letras*



UMA MARCA BRASILEIRA COMO VOCÊ.



Com mais de 90 anos de tradição, Bem-te-vi é uma das marcas nacionais mais queridas pelos consumidores. Sua extensa linha de produtos, originada no sabão em barra, hoje está presente em todas as categorias de produtos de limpeza da casa e na preferência de milhares de famílias brasileiras. É qualidade que faz a diferença na hora da limpeza.

200 anos da independência do Brasil... ... e como foi em Pernambuco!

Os acontecimentos que culminaram na independência do Brasil foram intensamente vividos em Pernambuco. Os sete anos compreendidos entre 1817 e 1824 foram os mais intensos, turbulentos e sangrentos da nossa história. José de Barros Lima, mais conhecido como Leão Coroadado, foi um entre outros revolucionários de 1817, que foi enforcado e teve a cabeça e as mãos cortadas e expostas pelo Recife, para servir de exemplo a quem pudesse se rebelar novamente contra a Coroa Portuguesa.

A revolução de 1817 ocorreu poucos anos antes de o Brasil se tornar independente de Portugal, em 7 de setembro de 1822. Os revolucionários: padre João Ribeiro, Domingos José Martins, Cruz Cabugá, Gervásio Pires, dentre outros, conseguiram derrubar o governo português em Pernambuco, antes mesmo de dom Pedro dar seu brado de Independência, às margens do Ipiranga, o que demonstra o papel de vanguarda que a Capitania de Pernambuco exerceu no processo de independência nacional. Foi durante essa insurreição, que uma República foi estabelecida pela primeira vez no Brasil, juntamente com a decretação da liberdade de imprensa e de credo, e o projeto de instituir o princípio dos três poderes.

No entanto, pouco tempo depois, Portugal retomou o controle da província com uma repressão violenta: executando líderes, prendendo participantes, e desmembrando a então comarca de Alagoas do território pernambucano, como retaliação. Nesse momento, o general português Luís do Rego foi nomeado governador de Pernambuco. Com seu perfil autoritário e violento, angariou o descontentamento dos pernambucanos, culminando no movimento armado iniciado em Goiana, no dia 29 de agosto de 1821 e na Convenção de Beberibe.

O espírito libertário e aguerrido dos pernambucanos não se conteve com os castigos e punições “exemplares” de 1817 e a efervescência contra o governo português teve um novo capítulo em 1821. Após intenso cerco armado em torno do Recife, os revolucionários conseguiram expulsar destas terras o general português Luís do Rego e o temido batalhão do Algarve, que dava apoio ao seu governo. Sob a liderança de Gervásio Pires, pela segunda vez,

Pernambuco se tornou autônomo em relação à Coroa Portuguesa, antes do Brasil.

Mesmo após a declaração da independência do Brasil, a efervescência pernambucana não arrefeceu, haja vista que dom Pedro I tornou-se um imperador com poderes absolutistas, o que contrariava o caráter republicano e constitucionalista, que se destacava em Pernambuco. Foi assim que em 1824, eclodiu a Confederação do Equador, tendo entre seus líderes a figura de Frei Caneca.

Os participantes, que rejeitavam integrar o império brasileiro, lutaram contra a imposição de uma Constituição centralizadora por dom Pedro I e pela instauração de uma República com uma Constituição verdadeiramente liberal. Muitos participantes da Confederação do Equador, já tinham se envolvido na Revolução de 1817. No entanto, os pernambucanos e seus aliados foram derrotados após outra repressão violenta. Mais uma vez, diversos revolucionários foram condenados à morte, dentre eles, Frei Caneca.

Alguns fatos desse período da história são de conhecimento geral, outros, porém, estão envoltos em mistério, como a participação ativa da Maçonaria tanto nos preparativos para a Revolução Pernambucana de 1817, por intermédio do Areópago de Itambé, considerado uma das primeiras lojas maçônicas do país, quanto na Independência do Brasil, sendo o próprio dom Pedro, um maçom.

Nos séculos XVII e XVIII, a Maçonaria contribuiu para exportar as ideias iluministas e o ideal revolucionário por toda América, de Norte a Sul do continente. Como no Brasil a imprensa era censurada, essa sociedade secreta tornou-se um importante espaço de encontros, conversas e conspirações, contando com personagens proeminentes da época como membros.

Nesta edição, vamos viajar por esse período histórico e mostrar como o espírito revolucionário de Pernambuco influenciou na Independência do Brasil. Para tanto, temos que entender as influências externas como o Iluminismo, que passou a disseminar os ideais de liberdade e fraternidade, entre outros, contribuindo para eclodirem movimentos que mudaram a ordem política vigente, como a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos. A Maçonaria foi um canal de difusão dessas ideias.

Vamos também esclarecer como estava o ambiente no Brasil e em Portugal, que culminou com dom Pedro se rebelando contra seus próprios contrerrâneos e tirando do domínio português sua colônia mais próspera.



A Revolução Pernambucana de 1817

Um golpe de espada inicia a Revolução Pernambucana

Dia 6 de março de 1817. Por volta das 13h, o brigadeiro português Manuel Barbosa atravessou o portão do Quartel de Artilharia, no Bairro de Santo Antônio, centro do Recife, para cumprir uma ordem do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro: prender alguns oficiais, que estavam conspirando para realizar um levante tendo como objetivo tornar o país independente. Minutos depois de entrar no quartel, Barbosa estava morto após ter o corpo varado pela espada do capitão José de Barros Lima, conhecido também como Leão Coroado. Iniciava-se naquele momento uma revolução que durou dois meses e meio, mas que levou Pernambuco a viver sob uma bandeira própria.

O brigadeiro Barbosa tentou dar uma demonstração de bravura e coragem ao ir prender pessoalmente os oficiais conjurados. Mas seu ato de coragem acabou lhe custando a vida e antecipou o início do movimento que vinha sendo tramado na surdina para eclodir

um mês depois, no Domingo de Páscoa de 1817.

O movimento tinha a participação dos maçons, contando com apoio para que a Revolução fosse desencadeada simultaneamente no Rio de Janeiro e na Bahia. Pernambuco capitaneava o movimento devido, entre outras razões, à insatisfação dos comerciantes locais com os altos impostos cobrados a partir da chegada, em 1808, da família real portuguesa ao Brasil, tendo como sede o Rio de Janeiro.

Entretanto, foram devidamente executadas as ordens do governador dadas ao brigadeiro Moscoso, comandante do Regimento de Infantaria de Olinda, e ao marechal José Roberto Pereira, comandante de outra unidade importante no Recife. Ambos prenderam seus oficiais rebeldes. Mas isso não foi suficiente para conter o ímpeto de Barros Lima, que libertou outros conspiradores e seguiu para o Forte do Brum, onde o governador estava. Caetano Pinto de Miranda Montenegro acabou preso pelos rebeldes.

No dia 7 de março, o grupo implantou um governo provisório. A então província virava uma república, independente de Portugal. Dias depois, em 29 de março, foi publicada uma Lei Orgânica. O texto estabelecia a liberdade de imprensa, a igualdade perante a lei e estruturava a administração pública, mas não ousava mexer com a escravidão, que era um tema sensível aos senhores de engenho, proprietários e comerciantes de escravos à época.

Os pernambucanos instalados no poder buscaram apoio no exterior. Enviaram emissários à Argentina e aos Estados Unidos, propondo acordos comerciais e pedindo reconhecimento. Ao mesmo tempo, criaram a bandeira própria e difundiram o costume de chamar os cidadãos de “patriota” ou “vós” (equivalente na época a “você”), ao invés dos antigos pronomes de tratamento. Mas nem todos aceitaram as mudanças. No norte da província, os produtores de algodão eram mais receptivos aos novos ideais políticos – muitos deles haviam estudado na Europa e tinham conexões mercantis com a Inglaterra. Já no sul predominavam fazendeiros em decadência na produção de cana-de-açúcar, cujo interesse era preservar o sistema colonial, pois o produto ainda tinha Portugal como principal destino.

Ao ser informado da insurreição, dom

João VI mandou suas tropas reprimirem o movimento, que já havia atingido a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Durante os combates, as forças da Coroa contaram com a ajuda de milícias organizadas pelos senhores de engenho e a revolução acabou sufocada em cerca de dois meses. O líder da revolução e outros rebeldes foram enforcados pelo crime de alta traição. Seus corpos foram decapitados e tiveram partes expostas em diferentes cidades. Mas a brutalidade não foi capaz de conter o ânimo dos pernambucanos. Mesmo derrotada, a Revolução de 1817 colocou o Norte na vanguarda do movimento de independência do Brasil. Enquanto o Sul havia visto apenas inconfiências esmagadas nos estágios iniciais, Pernambuco havia acabado de ensaiar uma experiência autônoma de governo.

Causas políticas e econômicas

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o Rio de Janeiro ficou em situação privilegiada, pois tornou-se o centro do império, passando a recolher impostos das demais regiões. Já havia uma insatisfação dos brasileiros em relação à Lisboa, algo que se transferiu naturalmente para a capital fluminense.

No Recife, havia o ressentimento em relação à exploração, pois o envio de dinheiro

para o Sul tornava-se desvantajoso para a província. Entre as taxas cobradas pela Coroa, havia uma destinada a financiar a iluminação da cidade do Rio de Janeiro e que era um dos símbolos do que os revoltosos consideravam exploração.

Além das razões econômicas, havia entre os pernambucanos um gosto natural pela autonomia, sentimento que nasceu com a expulsão dos holandeses no século XVII. Após derrotar os invasores, em 1654, em vez de proclamar independência, os pernambucanos optaram por manter seus laços com Portugal. Com isso, se sentiram senhores do seu próprio destino. A submissão à Coroa seria por opção.

“Enquanto entre El Rei e os demais colonos prevaleceria uma sujeição natural, os pernambucanos manteriam com a monarquia um vínculo consensual, ao se haverem libertado dos Países Baixos mercê de uma guerra travada por seus próprios meios, havendo, assim, retornado à suserania lusitana de livre e espontânea vontade”, destaca o historiador Evaldo Cabral de Mello, no livro *A República de Pernambuco*, de Leonardo Dantas.

No início do século XIX, Pernambuco vivia um período em que a prosperidade alcançada com a exportação de cana-de-acúcar e de algodão já não era a mesma.

Apesar disso, a província seguia embarcando sua produção pelo porto do Recife diretamente para o Velho Mundo e para os Estados Unidos. Boa parte do saldo positivo da balança comercial era enviado à Corte na forma de tributos. Pernambuco tinha uma liderança natural na região, como principal porto de entrada e escoamento de produtos do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, mas no fim da segunda década daquele século a situação econômica já não era muito favorável.

Lei Orgânica de 1817 ficou marcada pelo pioneirismo

Com o domínio do território, os revolucionários partiram para a prática. Foi elaborada uma nova lei pautada nos ideais libertários dos iluministas, sob a influência do que já havia sido feito com a independência das 13 colônias britânicas, que formaram os Estados Unidos, e na Revolução Francesa. Surgiu assim a Lei Orgânica, considerada naquele momento uma Constituição provisória.

A nova lei era composta por 28 artigos e eliminava alguns impostos. Ela estabelecia liberdade religiosa e de pensamento. A abolição da escravidão, apesar de desejada pelos líderes da Revolução, não era um tema predominante dentro das discussões,

pois havia o temor de que qualquer movimento neste sentido afastasse o apoio das elites rurais. Num dos manifestos, os revolucionários se posicionaram favoráveis à propriedade privada, o que frustrava o sentimento de liberdade das pessoas escravizadas (que eram consideradas também propriedade privada).

“Patriotas pernambucanos! A suspeita tem se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos... Patriotas, vossas propriedades, ainda que mais opugnantes ao ideal de justiça, serão sagradas, o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força, creia na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa.”

No entanto, deixavam claro que a luta pela igualdade continuaria e que a abolição da escravatura não estava completamente fora de pauta, mas seria lenta, regular e legal.

A questão envolvendo igualdade e escravidão provavelmente foi um grande calcanhar de Aquiles para os revolucionários. Eles tiveram de lidar com as reivindicações dos negros e pardos libertos, que exigiam igualdade de direitos civis, e dos negros escravizados, que desejavam sair do alcance da chibata dos grandes produtores de

cana e algodão, os dois maiores produtos de exportação da província e que, por conseguinte, detinham um grande efetivo de afrodescendentes.

Nesta lei era fixada a estrutura do governo revolucionário, bem como, princípios para a administração da justiça. Dentre os principais artigos da Lei Orgânica destacam-se: liberdade de consciência, ficando proibido a todos os patriotas inquietar e perseguir alguém por motivos de consciência; a liberdade de culto, pois apesar do catolicismo ser a religião do Estado, outras crenças seriam toleradas; e a liberdade de imprensa, sendo vedados os ataques à religião e a Constituição. Quanto aos estrangeiros, os europeus naturalizados ou moradores da província que dessem prova de adesão ao “partido da regeneração e liberdade” seriam considerados patriotas.

O período de vigência do Governo Provisório seria delimitado pela conclusão da elaboração de uma Constituição para a república. Se não fosse convocada a assembleia constituinte dentro de um ano, ou não fosse concluída a Constituição no espaço de três anos, cessaria o Governo Provisório e entraria o povo no exercício da soberania, para delegar a quem melhor cumprisse os fins da sua delegação.

A Lei Orgânica estabeleceu uma nova

estrutura política, adotando a divisão tripartite dos poderes ao definir os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como avançou em temas de direitos individuais, tais como liberdade de imprensa e tolerância religiosa. Sob esse prisma, é considerada por especialistas em Direito como uma Constituição.

Pelos dispositivos acima é possível entender a Revolução Pernambucana como algo de caráter inédito na história nacional. Até então nenhuma província conseguira realizar tal façanha, chegando a estabelecer um governo independente da coroa. Ao mesmo tempo, fica claro que seu ideal de liberdade era limitado pela escravatura. Embora seus líderes, nos discursos, demonstrassem nitidamente a inspiração nos ideais iluministas de liberdade, igualdade, fraternidade, as circunstâncias políticas, naquele momento, os impediam de levar adiante um movimento mais radical.

No entanto, é inegável a importância histórica desta Revolução. Ela trouxe à tona o sentimento de liberdade que se expressaria novamente, em 1821 com a Convenção de Beberibe, e em 1824, com a Confederação do Equador, quando Pernambuco levantou-se contra o autoritarismo do Imperador dom Pedro I, sendo mais uma vez reprimido pelas forças militares do Império, como veremos

adiante nesta edição.

Para o historiador Francisco Muniz Tavares, a Lei Orgânica criada pelos revolucionários foi constituída para viabilizar uma mínima estruturação orgânico-política do governo provisório, dando legitimidade ao processo de tomada de poder. Ainda seria estabelecida a *Declaração dos Direitos Naturais, Cívicos e Políticos do Homem*, que foi enviada para publicação na Oficina Tipográfica da República de Pernambuco, mas não chegou a ser publicada porque o movimento foi derrotado, conforme descrito nos Documentos Históricos, da Biblioteca Nacional.

As consequências

Como punição aos pernambucanos, a província teve a primeira parte de seu território amputado. A comarca das Alagoas foi elevada à categoria de província por ter ficado ao lado do rei. Mas se o fracasso do movimento de independência nos trouxe prejuízo, em contrapartida serviu de inspiração para outras revoltas, estimulando os maçons portugueses, que realizaram a Revolução do Porto, em 1820. E esta acabou interferindo na Independência do Brasil em 1822. Remanescentes, ou sobreviventes, de 1817, como Gervásio Pires, Frei Caneca e Manuel de Carvalho Paes de Andrade seriam

protagonistas, em 1821, na Convenção de Beberibe, e em 1824, na Confederação do Equador.

O “esquecimento”

Por ser um movimento que buscava a independência, a monarquia portuguesa tentou apagar a qualquer custo a memória de 1817. Por seu caráter republicano, a Revolução Pernambucana permaneceu silenciada também após a independência. Foi preciso esperar o centenário de 1817, em plena República Velha, para que a Revolução fosse reconhecida. Em 1917, o 6 de março foi considerado feriado nacional e a bandeira da Revolução tornou-se, então, o símbolo de Pernambuco.

A intenção de apagar todos os vestígios da revolução, fica clara nesta ordem emitida no dia 26 de julho de 1817, pelo general Luís do Rego, que assumiu o governo de Pernambuco, após a repressão do movimento, conforme transcreve João Paulo Pimenta, no livro *Independência do Brasil*.

“Faço saber aos que o presente virem, que sendo muito conveniente ao bom serviço de El Rei nosso senhor; a tranquilidade e sossego públicos que desapareça todo e qualquer testemunho que possa transmitir à posteridade fatos autorizados por uma rebelião tão desacordada, injusta e sacrílega...

ordeno que toda e qualquer pessoa que conservar em seu poder alguns papéis que outrora pertenciam aos rebeldes, os apresente imediatamente ao ministro encarregado da Polícia, e da mesma sorte todas as escrituras de notas, e processos judiciais feitos desde o dia 6 de março até 20 de maio do corrente ano e todo aquele que assim não o fizer, sabendo-se será julgado pela Comissão Militar.”

Resta claro, que para os portugueses, não bastava prender e executar os líderes era necessário também apagar da história qualquer vestígio de que uma parte do Brasil, por alguns dias, se tornara uma república independente da Coroa.

Napoleão Bonaparte, uma ousadia dos pernambucanos

O espírito de grandeza dos pernambucanos é conhecido. Costuma-se dizer que o Oceano Atlântico começa no Recife, onde se encontram os rios Capibaribe e Beberibe, bem ali por trás do Palácio do Campo das Princesas. Pois é, a Revolução Pernambucana de 1817 não apenas criou uma república, como também queria ter um comandante de peso. Daí, a ideia, ou devaneio, de invadir a Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, para resgatar ninguém menos do que Napoleão Bonaparte, o homem que quase dominou toda a Europa, mas acabou

preso na Batalha de Waterloo pelos ingleses.

Para isso, o mestiço Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, partiu para os Estados Unidos com US\$ 800 mil em caixa, a fim de contratar militares franceses que se refugiaram naquele país após a derrota na guerra. O objetivo era, a partir daí, seguir para a Ilha de Santa Helena e resgatar Bonaparte. O plano contava com o apoio de José Bonaparte, irmão do ex-imperador francês.

A situação de Pernambuco, sob a bandeira vencedora da Revolução de 1817, prestava-se como nenhuma outra, para o plano mirabolante, que o inconformismo e a admiração geraram naquela orgulhosa geração de revolucionários, como observou o historiador Nilo Pereira em *A Revolução Peregrina e Outros Estudos*, organizado por Geraldo Pereira e Socorro Ferraz:

“A nomeação de Joseph Ray para cônsul dos EUA no Recife poderia facilitar a conspiração napoleônica, dadas as suas relações, já antigas, com os bonapartistas. A verdade é que, nos fins de 1817, atracou na baía Formosa, no Rio Grande do Norte, o brigue Parangon, de bandeira americana. E quem vinha a bordo? Simplesmente os encarregados de preparar a evasão de Napoleão, que estava em Santa Helena. Eram eles: o Conde de Pontécoulant, o coronel de infantaria Latapie e os militares Artong

e Raulet, todos amigos de Joseph Ray e do ‘Embaixador’ Cabugá”.

Antes, porém, ainda nos Estados Unidos, Cabugá chegou a discutir pela imprensa com as autoridades americanas e jornalistas, que questionavam a possibilidade de sucesso da Revolução Pernambucana em transformar o Brasil numa república.

Um abade declarou que a revolução pernambucana era um evento solitário. Cabugá retrucou: “também Boston, sozinha e com uma população menor que a do Recife, deu início a revolução americana”. Cabugá cobriu-se ainda mais de glórias quando o próprio Thomas Jefferson, terceiro presidente dos EUA, afirmou que: “não será de admirar se todo o Brasil se levantar e mandar a Família Real de volta para Portugal”.

O epílogo, porém, é muito ruim para os revolucionários, pois Jefferson errou em sua previsão, com os companheiros de Cabugá sendo fragorosamente derrotados em Pernambuco. E os poucos soldados que o representante pernambucano conseguiu com o intuito de raptar Napoleão foram colocados sob pesada vigilância pelo governador Luís do Rego, assim que desembarcaram no Recife. Cabugá, é claro, não voltou dos Estados Unidos. Perdoado posteriormente por dom Pedro I, tornou-se cônsul-geral e morreu na Bolívia, como diplomata, em 1833.

O plano dos pernambucanos, porém, não passava de um devaneio, uma vez que Napoleão não tinha a intenção de trocar Santa Helena pelo Brasil, conforme análise dos historiadores. No livro *Napoleão, a última fase, de Lord Rosebery*, há o seguinte depoimento atribuído ao general francês:

“Eu não ficaria seis meses na América sem ser assassinado pelos sicários do Conde d’ Artois. Ademais, observa o Imperador, é preciso obedecer ao destino. Só o meu martírio será capaz de devolver de vez a coroa à minha dinastia. Não vejo na América senão assassinio ou esquecimento. Prefiro Santa Helena.”

Oficialmente, Napoleão morreu na Ilha de causas naturais em 1821. No entanto, sempre existiram suspeitas de que ele possa ter sido envenenado com arsênico.

Perfil dos personagens

Domingos José Martins, principal líder revolucionário

O principal protagonista do movimento de 1817, o comerciante Domingos José Martins dirigia uma loja maçônica, que servia de ponto de encontro para os revolucionários. Ele estava insatisfeito com os impostos pagos à Coroa pelos pernambucanos, principalmente sabendo que os ingleses estavam tendo taxas

mais vantajosas após um acordo com dom João VI.

Ao desembarcar em Pernambuco, por volta de 1813, Martins encontrou um ambiente fértil para espalhar seu ideal de liberdade, após complementar sua formação em Portugal.

O autoritarismo da monarquia e os altos impostos cobrados à província pelo governo de dom João VI somavam-se, aqui, à crise provocada pelas secas. Desta forma, tornou-se muito influente entre os militares que frequentavam as reuniões que dirigia. Para ele, era preciso que os brasileiros tomassem as rédeas de seu destino. Constantemente, era visto em companhia de negros e mestiços, conversando pelas ruas do Recife, demonstrando que não carregava o preconceito racial tão comum entre a população branca à época.

Testemunha da Revolução Pernambucana, o comerciante francês Louis François-Tollenare faz uma narrativa de sua passagem pelo Recife em *Notas Dominicaís*. Em seu diário, diz que era próximo do padre João Ribeiro, que se suicidou ao perceber que o fracasso da insurreição era inevitável. Ele descreve Domingos José Martins como um homem ambicioso e envolvente, mas que não era muito bom nos negócios.

Mesmo crítico do capixaba, Tollenare

reconheceu a influência e a liderança de Domingos Martins. Relatou que era na casa dele que se realizavam os jantares onde ocorriam as conspirações.

Em seu livro, *Os mártires pernambucanos*, publicado em 1853, o padre Joaquim Dias se refere a Domingos Martins com admiração, em texto transcrito no português da época:

“Eis o grande immortal, e malfadado heroe, a quem a fortuna pôde, sim, pôde roubar-lhe tudo, menos o mérito, menos a gloria de ocupar um altar no Panteon dos bemfeitores do genero humano”

Martins foi arcabuzado no Campo da Pólvora, em Salvador, em 12 de junho de 1817.

Cabugá, o diplomata da revolução

A Avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro, bairro do Recife, tem seu nome em homenagem àquele que foi o embaixador da República de Pernambuco nos Estados Unidos. “Antônio Gonçalves da Cruz herdou do pai o apelido de ‘Cabugá’, bem como grande fortuna”, relatou Tollenare. O francês conta que depois de viajar a Europa, Cruz Cabugá, que era mestiço, fundou uma loja maçônica, a “Pernambuco do Oriente”, local das reuniões entre padres, oficiais, seminaristas e pessoas da sociedade. Aderiu à Revolução de 1817 e foi nomeado representante do Governo Provisório de

Pernambuco nos Estados Unidos. Partiu com a incumbência de comprar armas e munições e aliciar oficiais franceses refugiados na América.

Bom articulador, conseguiu do governo americano o compromisso de que, enquanto durasse a Revolução, os Estados Unidos liberariam a entrada de navios pernambucanos em suas águas e caso a rebelião fracassasse, receberia os exilados. Após a derrota da insurreição, temeroso das represálias, permaneceu nos Estados Unidos. Seus bens, no entanto, foram confiscados.

Com o perdão concedido em 1821, ele voltou ao Brasil e conseguiu reaver seu patrimônio. Em 1831 foi nomeado cônsul geral do Brasil na Bolívia, onde faleceu em 1833.

O Leão Coroado

José de Barros Lima, autor do golpe de espada que desencadeou a Revolução, era natural de São Lourenço da Mata. À época do movimento, já era um sexagenário. Estudou matemática em Lisboa e retornou ao Recife em 1801, quando foi incorporado ao Regimento de Artilharia do Recife. Era considerado um homem destemido e apaixonado. Seus cabelos eram brancos e cacheados, o que lhe fez ganhar o apelido de “Leão Coroado”. O início da carreira militar, como soldado no Regimento de Artilharia de

Olinda, foi marcado por dificuldades, pois não conseguia ascender de posto por ser natural do Brasil.

Com a derrota, Barros Lima foi preso e, posteriormente, enforcado. Ele foi decapitado e teve as mãos decepadas. As partes de seu corpo foram espalhadas pelo Recife. Seu corpo foi amarrado a cavalos e arrastado pela cidade para servir de exemplo a quem pudesse se rebelar novamente contra a coroa portuguesa.

Padre João Ribeiro, o idealista

João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro. Nasceu em Tracunhaém. Foi discípulo de Arruda Câmara e frequentador da loja maçônica, Areópago de Itambé. Era filósofo e professor de desenho, provavelmente, o mais idealista e romântico dos revolucionários de 1817, pois sua ambição era apenas pela liberdade. Ao sentir o fracasso da insurreição, ele enforcou-se, mas a sede de vingança dos partidários de dom João VI era tanta, que o padre foi desenterrado, esquartejado e sua cabeça exposta em praça pública no Recife. O religioso foi considerado o grande mentor intelectual do movimento.

Domingos Teotônio Jorge, divulgador das ideias liberais

Capitão do Regimento de Artilharia era

muito ligado a Domingos José Martins e frequentava a casa de Cruz Cabugá. Cumpru diversas missões para divulgar as ideias discutidas nas lojas maçônicas do Recife. Chegou a ir ao Rio de Janeiro para fazer contato com centros maçônicos daquela região.

Foi o primeiro dos militares a ser preso em 6 de março, seguindo para o Forte das Cinco Pontas, de onde seria libertado pouco depois pelos oficiais rebelados. Com a Revolução deflagrada, ele comandou o ataque ao Campo do Erário, conseguindo render o marechal José Roberto Pereira da Silva, além de obter a adesão da tropa miliciana, que estava sob as ordens desse marechal.

Quando a situação se tornou crítica, assumiu o papel de ditador militar. Ao se ver cercado pela frota imperial, tentou negociar uma rendição em troca de anistia a todos os envolvidos. Ao obter resposta negativa, deixou a cidade e seguiu para o interior. Dias depois, foi preso e enforcado.

Pedro Pedroso, o abolicionista

Mestiço, destemido e abolicionista ferrenho. Eis um resumo do caráter do militar Pedro Pedroso, capitão de artilharia, porque naquela época esse era o posto máximo que um não-branco poderia alcançar na carreira militar. Os postos de oficiais superiores eram

exclusividade dos portugueses. Foi um dos revolucionários mais radicais de 1817, mas conseguiu escapar da morte e acabou preso. Em 1821, foi um dos poucos que não tiveram o benefício da anistia, tendo sido enviado para Portugal por ter mandado matar o coronel Aquino. Lá acabou sendo libertado e retornou ao Recife, onde, cooptado por José Bonifácio, ajudou a derrubar o governo de Gervásio Pires, ganhando como recompensa o comando das tropas da província.

Mas, ao sentir que o governo local não nutria simpatia pelas causas abolicionistas, comandou o movimento conhecido como Pedrosada, arrastando dois regimentos militares. Foi preso e levado para o Rio de Janeiro. Em 1824, voltou a Pernambuco, libertado da prisão por dom Pedro I, para apoiar o Império. O que fez sem qualquer peso na consciência, pois se sentiu discriminado pelos próprios republicanos com os quais esteve preso na Bahia. Para ele, a luta entre monarquistas e republicanos era algo menor diante da questão da liberdade dos escravos. Era um forte defensor do que fizeram os negros haitianos em São Domingos, quando protagonizaram uma revolução, expulsaram os franceses e assumiram o controle do país. Morreu no Rio de Janeiro de causas naturais.

Padre Roma, o grande orador

Ao lado do padre João Ribeiro e de Domingos José Martins, era uma espécie de mentor intelectual da Revolução Pernambucana. José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, nasceu no Recife, em 1768. Ingressou em 1784 no Convento Carmelita de Goiana. Concluiu o curso de Teologia em Portugal e, em Roma, foi ordenado padre, vindo daí seu apelido. Em seu retorno ao Brasil, largou a batina para se casar e passou a advogar, mas o passado religioso continuou em seu nome, por isso passou a ser conhecido como Padre Roma. As causas que defendia, em sua maioria, eram de interesse popular e ele ganhou notoriedade por sua grande capacidade de orador, defendendo ideias liberais. Quando foi preso, em Salvador, sentiu a dor de encontrar na capital baiana um de seus filhos, que era militar, preso por insubordinação. Era o futuro general Abreu e Lima. Por ordem do Conde dos Arcos, governador da Bahia, o filho foi obrigado a assistir à execução do pai, o Padre Roma. Posteriormente, Abreu e Lima abandonaria o exército brasileiro para se alistar no exército de Simon Bolívar. Ao lado deste, tornou-se um dos mais destacados generais da campanha pela libertação da Colômbia, Venezuela e Equador do domínio espanhol.



A INDEPENDÊNCIA DE UM PAÍS TAMBÉM SE CONSTRÓI COM EMPRESAS FORTES.

Há quase 70 anos, a **Queiroz Galvão** contribui para o progresso do país com atuação em setores fundamentais da economia, como infraestrutura, construção pesada, engenharia ambiental, desenvolvimento imobiliário, óleo e gás e, até mesmo, na indústria de alimentos - na qual, recentemente, lançou uma nova linha de sucos integrais para o público infantil.

São dezenas de milhares de empregos gerados, além de um legado de competência, tecnologia e inovação.

A Queiroz Galvão se orgulha de ser uma empresa genuinamente nacional e que exporta o know-how brasileiro para diversos países em outros continentes.

Celebramos os 200 anos da independência do Brasil reafirmando nossos valores:

trabalho, qualidade, confiabilidade e lealdade.



Conheça a JUQ:
nossa nova linha
de sucos.





A Revolução de 1821

Pernambuco se torna autônomo de Portugal, antes do Brasil

Antes de dom Pedro proclamar o Brasil independente de Portugal, Pernambuco, no ano anterior, em 1821 já havia lutado por sua autonomia, expulsando destas terras o governador português, Luís do Rego, que comandava a província com braço de ferro desde o final da Revolução de 1817. Também foi expulso o temido Batalhão de Algarves, que dava apoio ao seu governo. Esta foi a primeira vez que uma tropa portuguesa foi expulsa do Brasil. Mas, como isso aconteceu?

Os portugueses estavam bastante insatisfeitos, porque após a invasão francesa, Portugal estava empobrecendo. O Brasil não enviava mais dinheiro como antes, ficando grande parte dos recursos para dom João VI e sua corte, que estava instalada no Rio de Janeiro desde 1808.

Neste cenário de crise em Portugal, ocorreu em 1820, a Revolução Liberal do Porto. O movimento militar começou em 24 de agosto, se espalhou por todo país e contou

com o apoio do clero e da nobreza. Em Lisboa, os revolucionários formaram um governo interino, que convocou uma Assembleia Constituinte.

Foram elaboradas as bases para a Constituição com 34 itens, que previam dentre outras normas que o cidadão era livre e só poderia ser preso com provas e o devido processo legal, bem como, decretava a liberdade de imprensa. Estes direitos básicos inexistiam no absolutismo monárquico. Com esse novo modelo legal, as pessoas deixariam de ser súditos do rei, para ser cidadãos. Era uma enorme mudança que tinha o intuito de evitar uma revolução francesa em terras portuguesas.

As deliberações das cortes de Lisboa, pretendiam eliminar várias ações de autonomia administrativa implantadas por dom João VI enquanto esteve no Brasil. Os portugueses se sentiam em desvantagem econômica e política em relação a antiga colônia, que com dom João VI, foi alçada à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815.

Os participantes desse movimento queriam acabar com a monarquia absolutista e propuseram reformas para reduzir o poder do rei, transformando o regime português em uma monarquia constitucionalista. Eles exigiram o retorno imediato de dom João VI para Portugal. Em 26 de abril de 1821, o rei e sua corte embarcaram de volta ao reino.

Naquela época, as notícias não eram compartilhadas instantaneamente como hoje. Mas, os esclarecidos que frequentavam o porto do Recife, sempre ficavam sabendo das novidades externas. Os navios europeus atracavam trazendo, além de produtos e passageiros, também informações, que eram prontamente difundidas entre os contrerrâneos.

Desta forma, mesmo com algum atraso, os pernambucanos tomaram conhecimento das decisões de Portugal, que causariam enorme impacto por aqui. Entre elas a determinação para que cada província do Brasil realizasse eleições para escolher uma junta governativa. As Cortes Constituintes de Lisboa decretaram ainda a soltura dos revolucionários de 1817, que estavam presos na Bahia havia quatro anos.

Os presos políticos voltam para Pernambuco

Ocorre que, quando os presos políticos,

mais de 300 homens, vieram da Bahia para Pernambuco, encontraram no comando do governo Luís do Rego, o mesmo general da repressão de 1817. Ele não concordava em realizar uma eleição para a criação da junta constitucional, conforme diretriz enviada de Portugal. Os revolucionários começaram então uma grande articulação para derrubar o general português.

Nesta época, Olinda era a capital e Goiana a terceira praça mais importante, ficando atrás apenas do Recife. Os revolucionários a princípio não conseguiram entrar em Goiana. As autoridades portuguesas estavam vigilantes. Mas eles foram se articulando pelo interior, nos engenhos da Mata Norte e em dois meses conseguiram recrutar uma tropa com 600 homens para ocupar Goiana.

No dia 29 de agosto de 1821, os antigos presos políticos com sua tropa, entraram na cidade e foram até a Câmara. “Com o liberalismo na cabeça, discutiram muito com as autoridades de lá, até que os convenceram a fazer uma eleição. Eles conseguiram eleger uma junta governativa constitucional e provisória, com isso Pernambuco passou a ter dois governos simultâneos: o de Luís do Rego e o da Junta de Goiana”, explica o historiador Josemir Camilo, autor do livro: *1821 A “revolução” liberal de Goiana e a queda do general Luís do Rego*.

A partir deste acontecimento, sob a liderança de Manuel Clemente e Mena Calado, eles conseguiram reunir um exército ainda maior com cerca de 7.000 homens, recrutados em diversos locais como Limoeiro, Paudalho, Cabo, Igarassu, Nazaré da Mata e Tracunhaém. O governo de Goiana era itinerante e revolucionário e conseguiu, com suas tropas, cercar o Recife e Olinda, de Rio Doce até Beberibe, e depois de Apipucos até Afogados. O caos tomou conta do Recife, uma vez que não era possível entrar qualquer mantimento, comida ou gado.

Buscando fortalecer suas posições, “tanto o governo de Goiana, quanto do general Luís do Rego enviaram emissários a Paraíba pedindo ajuda militar, porém naquela província também havia um clima liberal e constitucional. Não havendo consenso sobre que lado apoiar, a Câmara da Paraíba decidiu que não mandaria tropas para Pernambuco, mas uma delegação pacificadora,” destaca Josemir Camilo de Melo.

O governo de Goiana, que estava em Beberibe, preparou uma convenção e convocou Luís do Rego para participar. Sem alternativa, com o Recife cercado, o general concordou e enviou três emissários para representá-lo. Gervásio Pires, um próspero comerciante, muito bem articulado, que havia participado da revolução de 1817 foi

um dos emissários escolhidos por Luís do Rego. Eles, os representantes do governo de Goiana e a comissão enviada pela Paraíba se reuniram durante quatro dias na Convenção de Beberibe.

Algumas importantes deliberações foram tomadas, dentre elas, que haveria eleições dentro de três semanas para escolha de uma nova junta constitucional, desta vez, sob controle de pernambucanos. Com a capitulação de Luís do Rego, se exigiu que ele deixasse Pernambuco e levasse consigo o Batalhão de Algarves, que ficou conhecido por agir com bastante violência, espancando e até matando sob a ordem do general. Nesse ínterim, chegaram notícias de Portugal, ratificando a realização de uma nova eleição e determinando a volta de Luís do Rego àquele país.

Gervásio Pires se elege governador e expulsa o batalhão português

As eleições foram realizadas em 26 de outubro de 1821 e Gervásio Pires foi eleito presidente da junta de governo de Pernambuco. No dia da eleição, o general Luís do Rego se ausentou para não ter que transmitir o cargo ao seu sucessor e quem exerceu essa função foi a Junta de Goiana, que foi até a Câmara de Olinda, “passar a

faixa” para o novo governo.

Uma das primeiras medidas que Gervásio Pires tomou foi tornar efetiva a expulsão do Batalhão de Algarves de Pernambuco, decisão até então inédita, pois jamais uma tropa portuguesa havia sido expulsa do Brasil. Imbuído com seus ideais libertários, o governador pernambucano enviou também tropas para expulsar o governador das armas da Bahia, o general Madeira. A luta na Bahia se estenderia até julho de 1823.

Em Portugal, as medidas das Cortes Constituintes eram politicamente liberais para os portugueses, mas eram neocolonialistas para o Brasil. Eles determinaram que as províncias brasileiras tinham direito a ser governadas por uma junta civil, mas Portugal mandaria o governador das armas, que seria responsável por comandar toda área militar, bem como enviaria a secretaria da fazenda, o setor da justiça e o controle da marinha.

Desta forma, o governador local exerceria apenas um cargo figurativo, mas não foi o que aconteceu. Gervásio Pires queria ter autonomia para governar e nomeou as principais autoridades do seu governo, determinou a construção de escolas e promoveu reformas administrativas.

Quando as autoridades portuguesas enviaram o governador das armas para

Pernambuco, José Maria Moura, em dezembro de 1821, Gervásio Pires determinou que ele iria desembarcar no Recife sem o seu batalhão. Por um golpe do destino, a esquadra que estava com a tropa do governador das armas se dissipou e chegou na Bahia da Traição, na Paraíba.

Sem o seu exército, José Maria queria ter o comando da província, mas Gervásio Pires não permitiu, o que resultou em diversos conflitos. Com seus poderes esvaziados, o governador das armas português pediu sua remoção e as Cortes acataram, transferindo-o para o Pará.

O governo de Lisboa enviou outro governador das armas para Pernambuco, mas ele veio sem tropa, pois as autoridades portuguesas acreditavam que o batalhão já estava em solo pernambucano. “Gervásio Pires pagou três meses adiantados e mandou o batalhão de volta para Portugal, era o segundo batalhão português que ele expulsava de Pernambuco,” destaca Josemir Camilo de Melo.

O segundo governador das armas, José Correia de Melo, não entrou em atrito com o governo local, ele aceitou ficar sem a tropa, fazendo mais as funções burocráticas. Porém, Gervásio passou a enfrentar outros problemas, José Bonifácio, aliado de dom Pedro, começou a articular uma campanha

pela independência do Brasil e mandou emissários para Pernambuco, porque achava que Gervásio Pires era muito fiel a Lisboa e não iria apoiar dom Pedro.

Sem conseguir angariar o apoio do governo local para a causa da independência, os emissários de José Bonifácio começaram a tramar para derrubar Gervásio Pires, e uma das estratégias, dentre outras, foi prometer a manutenção do aumento do soldo dos soldados e oficiais, que o governador pernambucano não estava conseguindo.

Ocorre que, quando a junta de Goiana tomou o poder em agosto de 1821, ela aumentou bastante o soldo dos oficiais e soldados que faziam parte da tropa de Beneméritos da Pátria. O termo benemérito era utilizado para quem defendia a Constituição e o liberalismo, por isso a tropa de Goiana recebeu esse título. No entanto, a Assembleia Constituinte de Portugal não aceitou os soldos majorados, nem as promoções. Gervásio Pires se comprometeu a negociar com os portugueses para que os valores fossem mantidos, porém as apelações não obtiveram sucesso.

Os emissários de José Bonifácio, percebendo uma oportunidade de angariar simpatizantes, reforçaram que dom Pedro iria resolver essa questão. A Câmara de Goiana então, passou a apoiar José Bonifácio se

posicionando contra o governo local, que não conseguiu resolver o problema conforme prometido. Gervásio Pires contava ainda com o apoio de lideranças importantes como Frei Caneca, Mena Calado e Manuel Clemente, mas Francisco de Paula Gomes dos Santos, que havia sido o presidente da Junta de Goiana, se posicionou contra.

No dia 16 de setembro de 1822, poucos dias após a proclamação da Independência do Brasil, Gervásio Pires renunciou, pois sabia que não conseguiria se manter no poder. Quem assumiu interinamente o cargo foi Francisco de Paula, o presidente da junta de Goiana. Por sua insubordinação às determinações das cortes portuguesas, Gervásio Pires ficou preso em Lisboa por quase um ano, quando foi inocentado e voltou para Pernambuco.

Desta forma, antes mesmo de o Brasil se tornar independente de Portugal, o povo pernambucano pegou em armas e lutou bravamente para defender sua autonomia, chegando inclusive a expulsar tropas portuguesas do Brasil. Podemos dizer, que neste capítulo da história brasileira, Pernambuco foi pioneiro.

Porém é preciso ressaltar que essa busca por liberdade não alcançou todas as camadas sociais, uma vez que não incluía a abolição da escravidão. Sendo assim, os escravizados,

a parcela mais vulnerável da população, continuavam sem qualquer direito à tão decantada liberdade.

Ascensão e queda da Junta dos Matutos

No cenário de turbulência que precedeu à Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, Pernambuco já respirava livre do domínio português quase um ano antes, quando foi assinada a Convenção de Beberibe, em 26 de outubro de 1821.

Mas as tensões permaneceram, o que levou Gervásio Pires a ser deposto 11 meses depois, em setembro de 1822, para dar lugar ao governo que ficou conhecido como Junta dos Matutos, por ser composto por representantes da aristocracia rural da província.

Na verdade, a suspeita era de que Gervásio Pires estava preparando a província para um movimento republicano de caráter separatista. Essa desconfiança deixava José Bonifácio impaciente e preocupado, pois ele entendia que Pernambuco era uma peça essencial no projeto monárquico, uma vez que tinha forte influência sobre o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

Para os historiadores, Gervásio, que era federalista, demorou a aderir ao projeto monárquico-constitucional de José Bonifácio

e, quando o fez, já era tarde, pois não gozava mais da confiança dos adeptos do Imperador, em Pernambuco.

E a oportunidade para o Império reassumir o controle político de Pernambuco ocorreu em setembro de 1822. Poucos dias após o Grito do Ipiranga, o capitão Pedro Pedroso proclamou-se governador das armas e depôs a Junta de Gervásio. O militar ocupou a Câmara do Recife para exigir a eleição de um governo temporário presidido por Francisco de Paula Gomes dos Santos.

Gervásio Pires buscou refúgio numa embarcação inglesa, na qual pretendia ir para o Rio de Janeiro. Porém, quando o navio em que viajava aportou em Salvador, acabou preso pelo general Madeira. De lá, foi enviado para Lisboa e processado.

Se serviu para derrubar a Junta de Gervásio, a impetuosidade de Pedroso não se transformaria em unanimidade numa província tão complexa e dividida politicamente à época. Em 23 de setembro, os eleitores da província se reuniram em Olinda e elegeram uma junta permanente presidida por Afonso de Albuquerque Maranhão. O novo governo da província era composto por senhores de engenho, o que foi considerado uma vitória para o conservador Francisco Paes Barreto, que logo depois substituiu Albuquerque e passou a trabalhar para ser

efetivado como presidente da província pelo Imperador.

Paes Barreto acabou se tornando o principal líder da Junta dos Matutos e com o decorrer do tempo passou a se desgastar com as constantes denúncias de autoritarismo e despotismo. Mesmo tendo por algum tempo a simpatia do Império, a Junta dos Matutos não gozava da confiança da população, principalmente da elite dos moradores do Recife.

Os endinheirados da cidade se consideravam mais conhecedores de política do que aqueles proprietários rurais, os “matutos”. E a gestão da Junta acabou sendo considerada de comportamento dúbio, pois alternava momentos de submissão e oposição ao Imperador.

Algumas de suas atitudes exemplificam esse caráter contraditório, como a libertação dos partidários de Gervásio Pires, em Olinda; o festejo em 12 de outubro em comemoração ao aniversário de dom Pedro, o juramento a causa do Brasil e a preparação dos deputados da província para a elaboração da Constituição de 1823.

Quando a Junta dos Matutos decidiu convocar as câmaras municipais para estas elaborarem propostas que seriam levadas para a Assembleia Constituinte, a medida foi logo limitada pela Corte do Rio de Janeiro,

pois esta visava restringir ao máximo o debate nacional e recomendava que os temas a serem discutidos tivessem como ponto central as necessidades de melhoramentos das províncias.

No entanto, Pernambuco apresentou propostas de caráter descentralizador, como a defesa da soberania provincial, respeito às bases liberais da Constituição, a formação de um colegiado de cinco membros para presidir o governo da província, além de elegerem representantes para o Conselho de Estado, no Rio de Janeiro. Essas reivindicações foram contestadas, pois eram vistas como intenções federalistas.

Em meio a esse debate com a Corte, o clima se manteve tenso em Pernambuco, com a gestão Paes Barreto sofrendo críticas severas dos opositores. Além dos desentendimentos internos entre membros do próprio governo local, havia problemas de ordem social. A população vivia assustada nas ruas do Recife onde, mais uma vez, a exemplo do que ocorrera em 1817, questões raciais geravam conflitos e causavam temor aos proprietários rurais.

Apesar dos embates entre a província e a Corte, dom Pedro foi aclamado imperador constitucional do Brasil. Os grupos políticos que sustentavam o monarca no Rio de Janeiro conseguiram, em um primeiro

momento, aglutinar a maior parte do país em torno da ideia de uma pátria unificada e fortalecida, que pudesse fazer frente à ofensiva portuguesa.

Mas a empolgação com o grito de independência logo começaria a esmaecer, pois a gestão do Império continuou distante dos anseios das províncias do Norte. E, ao mesmo tempo, manifestava-se a sede do Rio de Janeiro pelas rendas já escassas da região, fruto principalmente da produção de cana-de-açúcar e algodão.

Para agravar o quadro, destaca-se o autoritarismo do Imperador, que dissolveu a Assembleia Nacional Constituinte, em 1823, e mandou outorgar outra Constituição em que ele passava a dispor do Poder Moderador, colocando-se acima da lei, ou melhor, tornando-se praticamente a própria lei.

Os revolucionários de 1817, que aplaudiram a Independência do Brasil, como Frei Caneca em seu conhecido *Sermão da Aclamação*, passaram a olhar o Império com uma visão mais crítica, pois, além disso, ainda se sentiam renegados pela preferência de dom Pedro I por mercenários estrangeiros, como o comandante inglês Cochrane, deixando de lado os militares da região, que defenderam os interesses do Império.

Neste ambiente de queixas, Pedro Pedroso, que era o comandante das armas,

iniciou uma revolta pelas ruas do Recife que ele mesmo tratou de apaziguar, mas neste processo acabou perdendo o posto. Meses depois, a situação ficou insustentável quando Manuel de Carvalho Paes de Andrade e o tenente-coronel Ferreira Viana derrubaram o substituto de Pedroso, Joaquim José de Almeida, e convocaram um Grande Conselho com o objetivo de afastar Francisco Paes Barreto da presidência da província.

Com a dissolução da Assembleia Constituinte por dom Pedro I, eles tinham o combustível necessário para colocar abaixo a Junta dos Matutos em dezembro de 1823, e um argumento forte para convencer a população: a luta contra o autoritarismo do imperador.

Assim, o Grande Conselho decidiu nomear Manuel de Carvalho Paes de Andrade presidente da província e o coronel José de Barros Falcão governador das armas. Essa decisão selou o rompimento com o dom Pedro I, que passou a tratar o governo de Pernambuco como “rebelde e dissidente”. O imperador exigia – sem ser obedecido – a volta de Francisco Paes Barreto à presidência da província. Desta forma, se abriu um novo capítulo de discórdia entre Pernambuco e a Corte, o que desaguiaria, posteriormente, no movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador.

Pefil dos personagens

Gervásio Pires, defensor da autonomia pernambucana

Filho de família abastada, nasceu no dia 26 de junho de 1765, na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, no Recife. Seguiu ainda garoto para Portugal, onde estudou humanidades no Colégio Mafra e depois matemática, na Faculdade de Coimbra. Teve, porém, que abandonar os estudos antes de se formar por problemas de saúde. Então, trocou a vida acadêmica pelo comércio, em Lisboa. Conseguiu formar fortuna com as atividades comerciais, tornando-se inclusive dono de um navio, o Espada de Ferro. Saiu de Portugal com a família devido às invasões francesas, em 1808. Gervásio Pires retornou a Pernambuco no seu próprio navio, em 1809, disposto a continuar construindo sua riqueza na cidade natal.

Além de dinheiro e uma visão comercial privilegiada, ele também trouxe na bagagem as ideias iluministas que conheceu na Europa. Mesmo sendo filho de portugueses, ambicionava a autonomia da província. No período de 1817 a 1824, teve importante participação nos movimentos revolucionários de Pernambuco.

Gervásio entrou na vida pública com a eclosão da Revolução de 1817, quando foi

convidado para examinar o sistema fiscal da província e propor as reformas que julgasse necessárias. Daí se percebe o conceito que tinha entre os revolucionários.

A derrota do movimento, porém, lhe trouxe sérios problemas. Acabou preso e enviado para a Bahia, onde sofreu com doenças, privações, e ainda teve seus bens sequestrados. Ficou em Salvador por exatos três anos, oito meses e vinte e dois dias.

Pouco tempo depois de retornar ao convívio da família, houve o levante de Goiana: as batalhas recomeçaram e com elas o risco de Pernambuco se cobrir de sangue. Uma revolução em Portugal estabelecera um governo constitucional que determinou que cada província elegeisse seu próprio governo. O objetivo dos rebeldes era expulsar o governador português e suas tropas e fazer a eleição de uma junta governativa para Pernambuco. Gervásio Pires se ofereceu ao governador, na ocasião, para tentar conseguir a paz. Após negociações realizadas entre 5 e 9 de outubro de 1821, na localidade de Beberibe, ficou definido que as eleições seriam realizadas no dia 26 do mesmo mês. Gervásio foi então eleito presidente da junta formada para governar Pernambuco.

Durante sua gestão, ele manteve uma atitude dúbia em relação aos poderes estabelecidos no Rio de Janeiro, pois ao

mesmo tempo em que tentava ser leal à Coroa, procurava defender os interesses da província. Isso incomodava José Bonifácio, o homem de confiança de dom Pedro. A Corte do Rio considerava que Gervásio deveria aderir ao projeto do príncipe regente, obedecendo às determinações enviadas por seus ministros e deixando de acatar o governo de Lisboa.

O historiador Evaldo Cabral de Mello, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, em 14 de agosto de 2001, avaliou que a pessoa que tentou fazer a Independência alternativa do Brasil foi Gervásio Pires Ferreira. “Ele foi o presidente do primeiro governo autônomo de Pernambuco. Essa junta foi derrubada por iniciativa de dom Pedro I porque estava cobrando do governo uma política diferente da de José Bonifácio, autoritária. Queria uma política que contemplasse os interesses regionais”, analisou o historiador.

Nos dias 2 e 3 de agosto de 1822, as tropas aliadas da Corte começaram a fazer oposição ao Governo e a prender oficiais militares, funcionários públicos, o Ouvidor da Comarca e uma série de outras pessoas consideradas como inimigas do Brasil e perturbadoras da harmonia da Família Portuguesa. Gervásio reagiu junto com seus assessores e mandou colocar todos os presos em liberdade. Os conspiradores, porém,

decidiram depor a Junta.

Melhor aparelhados com armas, os conspiradores pediram ao Rei e ao Príncipe a demissão da Junta. Na ata da época, inclusive, encontra-se registrado que a deposição do presidente da Junta decorreu do fato de ele ter oficiado, ao Príncipe Regente, contra a tropa e contra o povo da cidade. Tudo isto, portanto, aconteceu dias antes do famoso 7 de setembro de 1822.

Quando chegou a Pernambuco a notícia de que tinha sido declarada a independência do Brasil, Gervásio Pires já não era membro do Governo. Ele partiu do Recife para o Rio de Janeiro, mas, na Bahia, foi preso pelos portugueses e enviado para Lisboa com as seguintes acusações: 1) retirar de Pernambuco a tropa europeia mandada pelas Cortes e por El-Rei, desobedecendo àquelas soberanas ordens e dar origem à anarquia que, desde então, não deixava de assolar a Província; 2) assinar o termo de vereação da Câmara do Recife, do 1º de junho de 1822, pelo qual se declara a independência do Poder Executivo no Brasil, na pessoa do Príncipe dom Pedro; 3) dar ordens para a eleição dos Deputados às Cortes do Brasil, usurpando com esse ato as prerrogativas do governo em Lisboa, já que era apenas Presidente de um Governo que dependia imediatamente das Cortes e de El-Rei;

4) recusar passar passaportes a navios destinados para a Bahia, declarando rebelde aquela cidade que era reputada como fiel pelas Cortes e por El-Rei; 5) e fugir para junto dos rebeldes, após o Governo do Rio de Janeiro ter declarado guerra a Portugal, e o clima ser de rebelião e hostilidade. Somente no dia 14 de junho de 1823, Gervásio readquiriu a sua liberdade e seguiu para o Rio de Janeiro.

A sua carreira política, contudo, não se encerrou. Em 1828, foi eleito para uma série de cargos: Conselheiro da Província, Conselheiro do Governo, Deputado à Assembleia Geral na legislatura de 1830 a 1833, e Membro da Assembleia Legislativa Provincial. Tudo isso, por iniciativa espontânea dos seus conterrâneos, sem que ele se candidatasse oficialmente, o que era permitido pelas regras eleitorais da época. Apesar disso, assumiu todos esses cargos e serviu a província, com todo o seu entusiasmo e conhecimento. Gervásio Pires criou, além do mais, o Tesouro e Tesourarias Provinciais; a grande lei do orçamento (de 1830); a Lei da fixação das forças de terra; e a adoção do Código do Processo Criminal, por parte da Câmara dos Deputados.

Os grandes transtornos com o tempo nas prisões o levaram a perder vários bens, mas ele conseguiu comprar e estabelecer na Boa Vista uma fábrica de descaroçar, fiar e tecer algodão. Em 1827, adquiriu o engenho Bulhões, na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão, e construiu um outro engenho chamado Caxito.

De acordo com Antônio Joaquim de Melo, escritor de sua biografia no final do século XIX, Gervásio Pires nunca obteve nenhum reconhecimento por parte do governo brasileiro durante o reinado de dom Pedro I (1822-1831), nem durante as Regências (1831-1840) pois não era permitido conceder títulos e condecorações, por ser esta uma prerrogativa exclusiva do imperador. Quando ocorreu a Aclamação da Maioridade de Dom Pedro II e o novo imperador assumiu efetivamente o poder, Gervásio não estava mais vivo. Ele havia falecido em 9 de março de 1838. A casa em que ele viveu, também não existe mais. Ela ficava do lado direito da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na freguesia da Boa Vista. Gervásio Pires deixou dez filhos e vinte e um netos, além de um importante legado político.

BRINDAR
as conquistas
do nosso país
é muito mania
de brasileiro.



Uma homenagem
da Pitú aos **200 anos**
da **Independência do Brasil.**



pitu.com.br

SE BEBER, NÃO DIRIJA.



Os caminhos que levaram à Independência do Brasil

1808: um ano que alterou os rumos do Brasil

 m guerra com diversos países europeus, a França, sob o comando de Napoleão Bonaparte, impôs o bloqueio continental. A determinação proibia todos os países europeus de realizar transações comerciais com a Inglaterra, que era a grande parceira econômica de Portugal, motivo pelo qual dom João não aderiu ao bloqueio.

Tendo em vista tal descumprimento, a França de Napoleão e a Espanha sua aliada, assinaram o Tratado de Fontainebleau, em outubro de 1807, que previa a invasão de Portugal e a partilha do seu território.

Os rumores da invasão chegaram antes dos soldados e a decisão do Conselho de Estado português foi rápida: a Corte e sua comitiva embarcariam para o Brasil, o que ocorreu às pressas no dia 26 de novembro de 1807, com apoio da Inglaterra. Quatro dias depois, no dia 30 de novembro, o exército francês entrou marchando em Lisboa, com cerca de seis mil soldados.

Enquanto as forças luso-britânicas

enfrentavam o exército napoleônico em solo português, dom João e sua comitiva estavam longe, cruzando o Atlântico em dezenas de embarcações. A maioria dos autores cita 36 navios, porém esse número não é unânime, há quem afirme que eram mais de 60 embarcações.

Lília Moritz Schwarcz e Heloísa Starling destacam em um artigo sobre a mudança da família real, que não estavam embarcando apenas pessoas, mas sim todo o aparato institucional de Portugal, que passou a funcionar no Brasil: “não eram indivíduos isolados que fugiam às pressas, e sim a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários”.

João Paulo Pimenta, no livro *Independência do Brasil* explica que essa situação não só causou impactos imediatos em Lisboa e no Rio de Janeiro, mas também impactos duradouros: “Não era nada comum reis, rainhas e príncipes cruzarem um oceano,

nem tanta gente ao mesmo tempo se mover de um espaço metropolitano para um espaço colonial. E é por isso que esse acontecimento promoveu tantas mudanças fundamentais no Império Português.”

Apesar de terem o mesmo ponto de partida: Lisboa, na chegada ao Brasil a comitiva se dividiu em dois grupos, o primeiro aportou no Rio de Janeiro, trazendo dentre outros tripulantes, a rainha dona Maria I e suas irmãs. A segunda comitiva, que trazia dom João, chegou na cidade da Bahia, atual Salvador, no dia 24 de janeiro de 1808. Nessa época a travessia atlântica entre Brasil e Portugal levava cerca de dois meses.

Abertura do comércio exterior e surgimento da imprensa no Brasil

Uma das primeiras medidas do monarca em solo baiano foi promulgar a Carta Régia, abrindo os portos do Brasil às nações amigas, uma espécie de contrapartida à proteção britânica, durante o traslado da Corte, através de escolta marítima. Essa medida significou uma enorme revolução no comércio exterior, que até então era feito exclusivamente com Portugal.

A mudança trouxe enormes benefícios principalmente para os comerciantes ingleses, que em plena Revolução Industrial,

ganhavam um novo mercado para escoar os seus produtos como: tecidos, botas e sapatos, armamentos, peças de vidros, dentre tantos outros, que chegavam com um preço muito acessível. Por outro lado, gerou descontentamento nos comerciantes portugueses, que perderam o seu monopólio.

Assim que chegou ao Brasil, dom João ficou na Bahia por cerca de um mês. Autoridades locais tentaram convencer o rei a permanecer por lá e decretar a cidade a nova capital do império. Porém, os esforços foram infrutíferos e o monarca chegou no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, transformando a cidade na nova sede da monarquia.

Por mais de trezentos anos, o Brasil foi mantido no isolamento e na ignorância, como estratégia de Portugal para explorar de forma exclusiva os recursos da colônia. Não havia imprensa, indústria, abertura do comércio, comunicação, estradas que ligassem as províncias; educação e saúde eram praticamente inexistentes, mas esse cenário estava prestes a mudar.

“Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro. No espaço de menos de uma década e meia, o Brasil deixou

de ser uma colônia fechada e atrasada e começou a pavimentar seu caminho rumo a independência”, ressalta Laurentino Gomes, no seu livro *1822*.

Novos horizontes surgiram no Brasil, com a construção de estradas que passaram a ligar províncias antes isoladas, contribuindo para a circulação de pessoas e consequentemente de ideias. O debate político e intelectual também se intensificou com a chegada da imprensa, até então proibida em território nacional.

“O impacto da Imprensa Régia no Brasil foi imediato, enorme e duradouro. Seu primeiro objetivo era o de tornar públicas leis, decretos, alvarás e demais decisões oficiais do governo real; indo além ela passou a imprimir obras de temas políticos, econômicos, literários, científicos e filosóficos, desde que estivessem em conformidade com as diretrizes da censura régia,” destaca João Paulo Pimenta, no livro *Independência do Brasil*.

No dia 10 de setembro de 1808, começou a circular o primeiro jornal publicado em território nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas cabe ressaltar que não havia nessa época liberdade de imprensa, tudo tinha que passar por três etapas de censura prévia do governo, mesmo assim, havia a circulação da notícia, até então inexistente.

Para fugir à censura, o jornalista Hipólito José da Costa, lançou em Londres, o jornal *Correio Braziliense*, que alcançou forte prestígio.

1808 ainda testemunharia outras importantes transformações na área da educação. Dom João determinou a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, inaugurando o ensino superior do país. Até então, os poucos brasileiros privilegiados com curso superior tinham feito sua formação na Europa.

Na economia, as mudanças não foram menores. O site do Banco do Brasil informa que; “há mais de 200 anos acontecia fato inédito na história mundial: uma colônia se transformou em império. O Brasil passou a ser a sede da Coroa Portuguesa. Havia apenas três bancos emissores no mundo – na Suécia, na França e na Inglaterra – quando príncipe dom João, recém-chegado ao Brasil, decidiu criar o Banco do Brasil, que ocorreu em 12 de outubro de 1808”.

Ademais, as instituições que existiam em Portugal foram transferidas para o Brasil como o Supremo Conselho Militar e de Justiça, a Casa de Suplicação, equivalente hoje ao Supremo Tribunal Federal, a Intendência Geral de Polícia da Corte, dentre outras. Para distrair a realeza em solos tropicais, cantores, dançarinos e companhias

teatrais vindas da Europa se apresentavam no Real Teatro São João.

Enquanto o Sul colhia os frutos, o Nordeste pagava a conta

A transferência da Coroa para o Brasil em 1808, evitara uma revolução simultânea com a da América espanhola, que naquele mesmo ano começou seu processo de independência. As riquezas do Império português sediado no Rio de Janeiro, davam a dom João meios para reprimir qualquer conspiração das províncias, como ocorreu em Pernambuco na Revolução de 1817.

Neste sentido, a historiadora inglesa Maria Graham, que esteve no Brasil durante este período conturbado, ressalta que as capitânias do Sul eram fortemente monárquicas e muito dedicadas à causa de dom Pedro, já as províncias que haviam estado sob o governo holandês nutriam intensos sentimentos republicanos, reforçados pelo intercâmbio frequente com os Estados Unidos.

O fim da guerra na Europa e suas consequências

Em 1814, com a prisão e o exílio de Napoleão Bonaparte e o fim da guerra que originou a odisseia da família real, os portugueses esperavam que dom João VI e

sua Corte retornassem a Portugal, mas não foi o que ocorreu. A decisão de permanecer no Brasil, gerou profundo descontentamento nos patricios, que sofriam com uma crise sem precedentes.

“Entre 1807 e 1814 Portugal perdeu meio milhão de habitantes. Um sexto da população pereceu de fome ou nos campos de batalha ou simplesmente fugiu do país. A abertura dos portos da antiga colônia, em 1808, e o tratado especial do comércio com os ingleses, em 1810, haviam sido golpes duríssimos para os comerciantes portugueses”, ressalta Laurentino Gomes, no livro *1822*.

Para se ter uma ideia deste impacto no comércio exterior, em 1810, atracaram no porto do Rio de Janeiro 1.214 navios portugueses, dez anos depois, em 1820, esse número despencou para menos de 214 navios. Após o fim da guerra, dom João não apenas permaneceu no Brasil, como em 16 de dezembro de 1815, promulgou uma carta de lei, em que elevava a antiga colônia à categoria de reino equiparado a Portugal, com a denominação de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Nem a morte da mãe em 1816, a rainha Maria I, alterou os planos do soberano, que deixaria de ser regente, para ser aclamado com o título de rei dom João VI, mais um duro golpe no ânimo dos portugueses, que

aguardavam ansiosos pelo retorno do seu monarca e a consequente retomada do prestígio da nação.

Tanto a decisão de permanecer no Rio de Janeiro, como a de equiparar politicamente o Brasil a Portugal, visavam evitar a situação revolucionária da América espanhola, que inspirada nas ideias iluministas, começou seu processo de independência da Espanha em 1808. Com exércitos sob a liderança de Simon Bolívar e José de San Martín, proclamou-se a independência de vários países latino-americanos.

No entanto, ao permanecer na antiga colônia, para preservar os interesses da Coroa no Brasil, o monarca inflamou ainda mais os ânimos dos portugueses. Além de toda crise econômica e política, eles sentiam a honra ferida por estarem sendo governados por um Conselho de Regência, presidido por um estrangeiro, o marechal inglês Beresford.

A Revolução do Porto e seus desdobramentos no Brasil

Enquanto o Brasil se desenvolvia, ganhava status e projeção, Portugal estava mergulhado em uma profunda crise. Esse caldeirão de insatisfação em algum momento iria explodir e foi exatamente o que ocorreu no dia 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, quando tropas rebeladas se reuniram no campo de

Santo Ovídio, contra o domínio inglês.

“Um heterogêneo grupo de portugueses europeus formado por comerciantes, militares, funcionários do Estado, profissionais liberais e aristocratas deu início, na cidade do Porto, a um movimento destinado a instaurar um regime constitucional no Reino Unido. À sua maneira, esse movimento acabaria por solapar definitivamente as bases do absolutismo português e, ao mesmo tempo, criar condições práticas para que surgisse um projeto de independência do Brasil”, destaca João Paulo Pimenta, no livro *Independência do Brasil*.

Um dos líderes do movimento, Manuel Fernandes Tomás redigiu um *Manifesto aos portugueses*, que apontava a transferência da Corte ao Brasil como um dia fatal, que acarretou uma crise generalizada na indústria, agricultura, comércio e finanças, além de uma orfandade política para o país.

Três semanas depois de eclodir no Porto, a revolta chegou a Lisboa, no dia 15 de setembro de 1820. Os manifestantes defendiam a elaboração de uma Constituição com o estabelecimento de uma monarquia constitucional, a expulsão dos ingleses, a volta de dom João VI para Portugal e a recolonização do Brasil, com o objetivo de tentar recuperar a economia em frangalhos.

A revolta que começou no Porto, exigiu a convocação das Cortes, que era uma assembleia de representantes da nação portuguesa, que havia se reunido pela última vez em 1698. Sua convocação era um sinal de fragilização do poder do rei. As Cortes que foram convocadas em 1821 deviam contar com representantes eleitos de todo o Reino Unido, inclusive das províncias do Brasil, e funcionavam como um conselho de Estado.

Na prática, uma Junta de Governo foi criada para substituir a antiga Regência. Esta Junta tomou rapidamente uma importante medida: decretar a liberdade de imprensa. Dom João VI reconheceu esse decreto e suspendeu toda censura existente a partir de 2 de março de 1821. Com a imprensa livre, a circulação das ideias liberais nos dois continentes ganhou força e com isso, a proposta de um Brasil independente também passou a ser mais debatida.

A partir da convocação das cortes, começou o projeto para redigir uma Constituição liberal. Se antes o rei tinha o poder absoluto sobre os seus súditos e a nação, a partir de agora ele teria seu poder limitado pela futura Constituição e pelo novo governo de Lisboa, que exigiu o imediato retorno de dom João VI a Portugal, o que acabou acontecendo em abril de 1821 e deixou seu filho, dom Pedro, como príncipe

regente do governo do Brasil.

“Com a convocação da Assembleia Constituinte em Lisboa, todas as províncias deveriam eleger seus representantes. Pernambuco realizou suas eleições em junho de 1821. A delegação pernambucana foi a primeira do Brasil a se apresentar em Lisboa, com nove deputados e dois suplentes, o que ocorreu em agosto de 1821. O mais destacado representante desta província foi o monsenhor Francisco Muniz Tavares”, ressalta o historiador George Cabral.

No entanto, o parlamentar pernambucano acabou entrando em choque com os deputados portugueses nas questões relativas aos direitos do Brasil. A percepção de que as Cortes se inclinavam abertamente para retirar as concessões feitas por dom João VI e de que havia uma crescente hostilidade contra os representantes brasileiros, acabaram motivando a fuga de vários deputados em outubro de 1821. Entre eles estava Muniz Tavares.

Apesar do clima crescente de hostilidade, dom João VI sabia que desacatar as decisões das Cortes poderia insuflar ainda mais os ânimos, tanto que ele jurou obediência à futura Constituição, antes mesmo de ela ser elaborada. O soberano não queria dar ensejo a uma revolta nos moldes da Revolução Francesa, que culminou com o rei francês Luís

XVI sendo guilhotinado em praça pública e a monarquia se tornando peça de museu. “As cortes funcionavam como se fosse um regime parlamentarista, dom João VI reinava, mas não governava”, explica Cabral.

Dom Pedro assume o comando do Brasil

Na véspera do retorno para Lisboa, dom Pedro, na época um jovem de 22 anos, foi chamado ao quarto de seu pai, para uma última conversa: *“Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre o que Vossa Majestade me disse antes de partir: Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar do que para alguns desses aventureiros.”*

Dom Pedro recebeu o encargo paterno de governar o Brasil com um conselho de quatro ministros: Carlos Frederico Bernardo de Caula (ministro dos Negócios da Guerra); Dom Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos (ministro dos Negócios do Reino do Brasil); Diogo José de Eça de Menezes (ministro dos Negócios da Fazenda) e Manuel Antônio Farinha (ministro da Marinha).

Vale ressaltar, que antes de partir, dom João VI levou não apenas saudades e recordações, como também todo o tesouro do Banco do Brasil: ouro, diamantes e outras pedras preciosas, nada sobrou. O banco que

já passava por dificuldades, quebrou após o retorno do rei, que deixou um país endividado para o filho governar.

Nesta época, o valor das despesas públicas mensais era de 5.600 contos de réis, aproximadamente 300 milhões de reais em valores atuais. No entanto, a arrecadação de impostos nas províncias não chegava à metade deste valor. Nas correspondências com o pai, dom Pedro se mostrava apreensivo: *“Todos os estabelecimentos e repartições ficaram; os que comem da nação são inúmeros..., não há dinheiro..., não sei o que hei de fazer”*, correspondência de 21 de setembro de 1821, transcrita por Laurentino Gomes, no livro *1822*.

Há registros de correspondências, em que dom Pedro, pressionado por questões econômicas e políticas, pede que o pai o libere desse encargo, conforme pode-se observar na transcrição desta carta de 24 de junho de 1821: *“Peço a Vossa Majestade, por tudo quanto há de mais sagrado, me queira dispensar deste emprego que seguramente me matará pelos contínuos e horrorosos painéis que tenho, uns já à vista, e outros muito piores para o futuro”*.

Portanto, se no início da regência havia um dom Pedro inseguro e assustado com a magnitude da responsabilidade que herdara, com o tempo, e diante das medidas cada

vez mais arbitrárias das Cortes de Lisboa, a insegurança deu lugar à indignação e o desejo de resistir às pressões externas, mesmo que isso significasse o rompimento com Portugal.

Começou a ficar claro para os brasileiros, que as Cortes desejavam o liberalismo para Portugal e a recolonização do Brasil. Os decretos aprovados em setembro e outubro de 1821 determinavam o retorno das principais repartições que funcionavam no Rio de Janeiro desde 1808, o envio de tropas para aquela cidade e a volta imediata de dom Pedro para Portugal.

“Em 9 de dezembro de 1821 as Cortes dividiram o Brasil em províncias de Portugal, desaparecendo o Rio de Janeiro como centro da unidade brasileira, o que tornava desnecessária a presença do príncipe real na colônia. O golpe foi sentido e em 14 de dezembro de 1821, dom Pedro escreveu a seu pai: *Um choque mui grande nos brasileiros e em muitos europeus aqui estabelecidos, a ponto de dizerem pelas ruas: se a constituição é fazerem-nos mal leve ao diabo tal coisa,*” destaca Lília Moritz Schwarcz, no livro *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*.

No início, a Revolução do Porto e a convocação das Cortes contou com o apoio dos brasileiros, que enxergavam nesse movimento a oportunidade de ter um governo mais liberal, com uma Constituição

que emanasse justiça e igualdade. Esse apoio, porém, se transformou em aversão, pela intransigência das suas decisões. Na prática, o Brasil voltaria a ser colônia de Portugal e esse retrocesso não seria aceito, o caminho da independência estava pavimentado.

O Dia do Fico

Ao contrário de seu pai, que acatou as decisões de Lisboa, dom Pedro, ignorou solenemente o chamado das Cortes. No dia 9 de janeiro de 1822, durante uma audiência no Paço Imperial, ele recebeu de José Clemente Pereira, o presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, um documento com mais de 8 mil assinaturas requerendo a sua permanência no Brasil.

A declaração do príncipe, nos registros dessa sessão entrou para a história: *“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; dia ao povo que fico”*. Ocorre que, nenhuma desobediência ao poder constituído fica impune. Sendo assim, o general Jorge Aviles, comandante de uma tropa militar portuguesa no Rio de Janeiro, ocupou o centro e a zona portuária da cidade, com o intuito de sequestrar o príncipe e levá-lo à força para Portugal, a fim de cumprir a determinação das Cortes de Lisboa.

Porém, os portugueses se enganaram ao pensar que seria fácil levar o príncipe do

Brasil para Lisboa. Armados de pistolas, facas e paus os brasileiros estavam prontos para o combate. Cerca de 8.000 pessoas se dispunham a enfrentar o bem treinado exército português, que contava com aproximadamente 2.000 soldados. O combate, no entanto, não foi necessário, pois o general Aviles se retirou com a tropa para Niterói. No dia 15 de fevereiro de 1822, eles embarcaram de volta para Portugal por ordem de dom Pedro.

Para substituir o batalhão que voltou para Lisboa, no mês seguinte, chegou ao Brasil um esquadrão português com 1.200 soldados comandados por Francisco Maximiliano de Souza. No entanto, mais uma vez, foram impedidos por dom Pedro de desembarcar e tiveram que retornar ao porto de origem. Assim como fez Gervásio Pires em Pernambuco, agora o príncipe regente demonstrava autonomia expulsando o exército português dos trópicos.

Também como demonstração de que queria governar de fato o Brasil e não ser apenas um fantoche de Portugal, no dia 16 de janeiro de 1822, dom Pedro reorganizou seu ministério, tendo como figura central José Bonifácio de Andrada e Silva. Em 16 de fevereiro, o príncipe convocou o Conselho de Procuradores das Províncias do Brasil, um órgão consultivo, formado por membros

importantes de várias províncias, com o objetivo de analisar as decisões das Cortes, consideradas cada vez mais recolonizadoras e despóticas.

Um exemplo do descompasso entre o que Lisboa determinava e os interesses nacionais ocorreu na Bahia, quando as Cortes nomearam como novo governador da província, Inácio Luís Madeira. No entanto, sua indicação não foi bem aceita, gerando conflitos e uma guerra civil breve, mas extremamente violenta, que resultou em centenas de mortos e feridos, com a vitória temporária de Madeira e uma forte militarização na província.

Este episódio, aumentou ainda mais o receio em outras províncias de uma intervenção militar pelas Cortes, que começaram a vislumbrar em dom Pedro, uma alternativa ao regime vigente, mas essa não era uma posição unânime. Porém, no Sul já havia um só bloco formado por Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais dentre outros, apoiando a ideia de autonomia em relação à Portugal, tendo dom Pedro como figura central deste processo.

O clima de tensão política era forte e mesmo no Rio de Janeiro não havia consenso sobre qual seria o melhor regime, havendo duas correntes predominantes: a de José Bonifácio, mais conservadora e defendia

que só em torno da figura de um rei, através de uma monarquia constitucional, poderia se manter a unidade do Império, evitando o esfacelamento em diversos países como ocorreu na América espanhola.

E a segunda corrente, defendida por Gonçalves Ledo, que associava a independência à ideia de república e voto popular. Ele não contava com uma grande adesão das elites, receosa de perder privilégios e direitos adquiridos, principalmente no que se referia a abolição da escravidão.

Como palco desse embate político estava a Maçonaria. A loja do Grande Oriente Brasileiro, que tinha José Bonifácio como grão-mestre, teve uma atuação importante no evento do Fico ao organizar o abaixo assinado, que foi entregue a dom Pedro. Ocorre que, várias figuras eminentes da Maçonaria discordavam da política do então ministro da regência, por adotar uma postura mais conservadora, defendendo uma maior autonomia do país, mas não sua separação radical.

Também por pressão das lojas maçônicas, que funcionavam como verdadeiros clubes políticos, dom Pedro convocou uma Assembleia Constituinte em 3 de julho de 1822, para escrever uma Constituição específica para o Brasil, já que a Assembleia

Constituinte de Lisboa não estava atendendo aos interesses nacionais.

Mais uma vez, não havia consenso. Enquanto o grupo de Gonçalves Ledo defendia eleições diretas para a Constituinte, seus opositores liderados por José Bonifácio advogavam pela forma indireta. O grupo do ministro saiu vitorioso.

E já que era na Maçonaria que se davam os grandes embates políticos, dom Pedro decide entrar para essa sociedade secreta e se tornar um maçom, sendo elevado à categoria de grão-mestre em poucos meses, uma ascensão meteórica, para os trâmites normais. Esta era sem dúvida, uma forma de envolver o jovem príncipe nas causas que a fraternidade defendia, muito influenciada pelos princípios iluministas, de liberdade e igualdade.

O brado da Independência

Após conter levantes em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, dom Pedro deixou a capital fluminense no dia 14 de agosto de 1822, em direção a São Paulo, para resolver pessoalmente outra manifestação, que ficaria conhecida como “Bernarda”. Enquanto o marido estava fora, a princesa Leopoldina ficou responsável pela regência do governo, tendo ao seu lado José Bonifácio e outros ministros.

Um pequeno grupo de cinco pessoas

acompanhou o príncipe, nesta que seria apenas uma viagem para conter os ânimos dos paulistas mais exaltados. Ao contrário do belo cavalo alazão retratado no famoso quadro de Pedro Américo, *Independência ou Morte*, dom Pedro cruzou a Serra do Mar em uma besta baia, conforme relato do padre Belchior, que fazia parte da comitiva. O animal era forte e confiável para vencer o íngreme trajeto, que durou pouco mais de dez dias. São Paulo, na época, era quase uma vila, com menos de 7.000 habitantes, 28 ruas e 1.866 casas.

Após pernoitar em fazendas e passar por Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí, dentre outras localidades, o príncipe e sua comitiva, que agora contava com uma guarda de honra organizada de forma improvisada nas cidades do vale do Paraíba, chegou em São Paulo no dia 25 de agosto de 1822, onde foi recebido com festejos e entusiasmo pela população. Após resolver as questões políticas, o príncipe foi para Santos.

Ter apenas 23 anos e ser jovem tem suas vantagens. Sobre sua disposição para viajar no lombo dos animais, sem qualquer conforto ou luxo que lembre a realeza, há o relato da historiadora Maria Graham, transcrito por Laurentino Gomes, no livro *1822: “dom Pedro viajava o dia inteiro, por estradas precárias e perigosas, molhado até os ossos pelas chuvas tropicais, e ao entardecer jantava um*

bocado de toucinho e farinha de mandioca. À noite, dormia em lugares improvisados, usando como cama uma porta ou uma janela arrancada da parede”.

Se a viagem teve seus momentos tortuosos, também houve tempo para o prazer. Enquanto a princesa Leopoldina trabalhava como substituta da regência, o príncipe iniciou em São Paulo, um tórrido caso de amor com Domitila de Castro Canto e Melo, a futura marquesa de Santos, que ocupou um lugar de destaque na vida dele.

Até então, nada levaria a crer, que nesta viagem seria dado o passo mais importante para a completa ruptura com Portugal. Ao deixar São Paulo, o monarca e sua comitiva foram para Santos, inspecionar as fortalezas da região e visitar a família do ministro José Bonifácio. Dom Pedro, ainda não sabia, mas em poucos dias escreveria seu nome na História do Brasil, não apenas como príncipe regente, mas como o governante que rompeu o vínculo com Portugal, sua terra natal e com o reinado do seu pai.

Os decretos que seriam o estopim para essa ruptura já haviam chegado em solo brasileiro, trazidos a bordo da embarcação *Três Corações*, no dia 28 de agosto, conforme descreve Laurentino Gomes, no livro *1822: “As Cortes Constituintes portuguesas na prática destituíram dom Pedro do papel de*

príncipe regente e o reduziram à condição de mero delegado das autoridades de Lisboa. Suas decisões tomadas até então estavam anuladas. A partir daquele momento seus ministros seriam nomeados em Portugal e sua autoridade não mais se estenderia a todo o Brasil. Ficaria limitada ao Rio de Janeiro e regiões vizinhas”

Ao tomar conhecimento destas medidas, a princesa Leopoldina e José Bonifácio escreveram ao príncipe e determinaram ao correio, Paulo Bergero, que a correspondência fosse entregue com a maior urgência. Rasgando o caminho a pleno galope, o emissário encontrou com a comitiva do príncipe, no dia 7 de setembro de 1822, por volta das quatro da tarde, na Colina do Ipiranga. Dom Pedro havia deixado Santos antes de o dia raiar e estava indisposto com problemas intestinais, portanto uma imagem bem diferente daquele príncipe ativo com espada em punho.

No entanto, se a cena não foi tão majestosa como difundida no imaginário popular e nas artes plásticas, o fato histórico é que ao tomar conhecimento daquelas medidas, incentivado pelas cartas da princesa Leopoldina e de José Bonifácio, dom Pedro declarou às margens do riacho do Ipiranga, o Brasil independente de Portugal. *Independência ou morte*, as palavras que ficaram para a posteridade.

Apesar de o episódio ser reconhecido atualmente por todos os brasileiros, naquela época, poucas pessoas testemunharam a declaração de independência, que ficou inicialmente restrita ao pequeno grupo que acompanhava dom Pedro. Aos poucos, a nova situação política do Brasil foi chegando ao conhecimento geral.

O trajeto de São Paulo até a capital do país durava em média nove dias. Na volta, dom Pedro levou apenas cinco dias para chegar no Rio de Janeiro e na sua apresentação ele já queria demonstrar as mudanças. Trazia no braço um laço verde de fita, que ficou no lugar da fita azul e branca, que simbolizava as cortes e foi arrancada pelo príncipe às margens do Ipiranga. Acima da fita verde, havia uma peça de metal dourado com o lema: “Independência ou morte”.

“As festas que vieram junto com a monarquia, celebraram agora aquele que seria o maior de nossos atos: a aclamação do primeiro imperador no dia 12 de outubro de 1822. Apesar de o dia ter amanhecido chuvoso, as janelas foram cobertas de sedas e as ruas ficaram polvilhadas de folhas secas. No meio do Campo de Santana teve lugar a cerimônia, que ocasionaria a mudança de nome do próprio local, a partir de então conhecido como praça da Aclamação”, destaca Lília Moritz Schwartz, no livro *A*

Longa Viagem da Biblioteca dos Reis.

Após tornar o Brasil independente de Portugal, dom Pedro I escreveu a seu pai: *“Se o povo de Portugal teve direito de se constituir revolucionariamente, está claro que o povo do Brasil o tem dobrado, porque se vai constituindo, respeitando-me a mim e as autoridades estabelecidas... Eu como príncipe regente do reino do Brasil e seu defensor perpétuo, hei por bem declarar todos os decretos pretéritos destas facciosas, horrorosas, maquiavélicas e hediondas cortes, que ainda não mandei executar; e todos os mais que fizeram para o Brasil, nulos, irritos, e inexecutáveis”*.

Se por um lado, há um rompimento com Portugal, por outro há uma continuidade, haja vista que quem assume o governo do Brasil não é um presidente republicano, mas sim um monarca português da Casa dos Bragança, ou seja, o país continua nas mãos da mesma dinastia que já detinha o poder, mantendo o sistema escravocrata.

Porém, se antes o poder do monarca era absoluto, teoricamente agora ele seria limitado pela Constituição, cuja Assembleia Constituinte, convocada por dom Pedro em julho de 1822, teria a missão de elaborar. Pelo menos era isso que se esperava, mas não foi o que de fato ocorreu.

Vale ressaltar, que por não ter ocorrido

uma ruptura radical do regime político, não significa que a Independência do Brasil ocorreu de forma pacífica e sem violência. As revoluções que antecederam o 7 de setembro ceifaram a vida de inúmeros brasileiros, dentre eles, vários idealistas pernambucanos. Após o brado da independência, houve conflitos violentos entre os partidários que defendiam a continuidade do vínculo com Portugal e os defensores de dom Pedro, com batalhas sangrentas, que foram travadas para garantir da liberdade do Brasil.

No ambiente externo, a Santa Aliança, grupo que se formou em 1815 entre as grandes potências monárquicas: Áustria, Prússia, Grã-Bretanha e Rússia se mostrou favorável ao novo regime brasileiro. Nesse aspecto, havia dois pontos positivos para dom Pedro. Primeiro, a princesa Leopoldina era filha do imperador da Áustria, Francisco I. Segundo, para os países da Santa Aliança, que defendiam a monarquia, era melhor que o Brasil se tornasse independente e tivesse um imperador do que corresse o risco de se tornar uma república, como os Estados Unidos e os países da América Espanhola.

Perfil dos personagens

Dom Pedro I

Dom Pedro de Alcântara foi o quarto filho

de dom João VI e sua esposa dona Carlota Joaquina. Dom Pedro nasceu em 12 de outubro de 1798 e morreu em 24 de setembro de 1834. Nascimento e morte ocorreram exatamente no mesmo quarto do Palácio de Queluz, nas proximidades de Lisboa. Ele se tornou o herdeiro do trono pois seu irmão mais velho, Dom Francisco Antônio, morreu aos seis anos de idade. Dom Pedro acompanhou os pais e a corte na transferência para o Brasil, desembarcando no Novo Mundo em 1808. A vida familiar dos Bragança não era nada pacífica. Dom João e dona Carlota Joaquina viviam às turras e os filhos não foram criados junto a eles. Dom Pedro acabou mais próximo do pai do que da mãe, e quando adulto manifestava abertamente sua antipatia a dona Carlota Joaquina. Sua educação não chegou a ser primorosa, mas o jovem Pedro era curioso para os idiomas, música, matemática, economia, política, lógica, história e geografia. Ele era capaz de tocar vários instrumentos e compôs várias peças musicais, inclusive o *Hino da Independência*.

Testemunhos de época afirmam que era adepto das atividades físicas, da caça e da equitação. Com exceção das ocasiões solenes, costumava se vestir com simplicidade e frequentemente era visto em conversas com os populares. Desde a juventude, se manifestou sua tendência para a vida

boêmia e para as aventuras amorosas. Em maio de 1817 casou-se por procuração com a arquiduquesa da Áustria, dona Leopoldina. Ele tinha 19 anos e ela 20. O primeiro encontro só ocorreria em novembro daquele ano. As festividades das núpcias foram atrasadas pela eclosão da Revolução Pernambucana. O casal teve 4 filhas e 3 filhos. Dos homens, dois faleceram em tenra idade, e o terceiro, se tornaria o sucessor do trono, dom Pedro II.

Após a eclosão da Revolução do Porto em 1820, dom João VI foi obrigado a retornar para Portugal e dom Pedro foi nomeado príncipe regente do Brasil em abril de 1821. A partir desse momento, os fatos foram se sucedendo e aprofundando o afastamento entre o príncipe regente e as Cortes Constituintes de Lisboa, cujas determinações procuravam anular as concessões feitas ao Brasil, bem como esvaziar o poder de Pedro. O príncipe passou então a desobedecer às Cortes, se negando, por exemplo, a retornar a Portugal. Ao mesmo tempo, os agentes políticos mais próximos a ele, como o paulista José Bonifácio, tratavam de articular a adesão das províncias brasileiras ao príncipe. Em setembro de 1822 veio a ruptura com Portugal e em 12 de outubro, dia de seu aniversário, dom Pedro foi coroado como primeiro imperador do Brasil.

A adesão das províncias, entretanto, não foi automática. Havia uma grande desconfiança sobre a veracidade do juramento de dom Pedro I de respeitar a Constituição que seria elaborada pela Assembleia Constituinte do Brasil. As suspeitas não eram infundadas. Em novembro de 1823 o imperador dissolveu pela força das armas a Assembleia Constituinte. Seu ato arbitrário contribuiu para a eclosão de nova revolução em Pernambuco, que mais uma vez proclamou a formação de uma república, desta feita chamada Confederação do Equador. Dom Pedro I determinou uma fulminante e violenta repressão ao movimento, inclusive com a condenação à morte de Frei Caneca.

Todo o seu curto reinado foi marcado por tensões políticas provocadas por vários fatores: a instabilidade financeira do império, cujos cofres estavam sobrecarregados pelas despesas da guerra mantida por Pedro I na província Cisplatina (atual Uruguai) até 1828; a repressão aos opositores e críticos; e os temores que pairavam sobre a questão da sucessão do trono português, do qual dom Pedro I era sucessor legítimo. Em 1826, com a morte de dom João VI, Pedro I abdicou do trono português para sua filha mais velha, dona Maria II. Aos 7 anos de idade, ela foi enviada para Portugal sob os

cuidados de seu tio, dom Miguel. Pelo acordo estabelecido entre Pedro I e Miguel, este deveria ser o regente do trono português até que Maria alcançasse a maioridade. Tio e sobrinha deveriam se casar. Mas dom Miguel, com o apoio de sua mãe e dos adeptos do absolutismo em Portugal, descumpriria o acordo e usurparia o trono de sua sobrinha.

No início de 1827, a imperatriz Leopoldina faleceu em decorrência das complicações de um aborto. Sua relação com dom Pedro I tornou-se muito infeliz à medida que Leopoldina percebera que seu marido era um incontrolável mulherengo. O caso de dom Pedro I com a marquesa de Santos, sua preferida, tornou-se notório, envergonhando a imperatriz que era sistematicamente humilhada publicamente pelo marido. Dom Pedro I se casaria pela segunda vez, em 1829, com Amélia de Leuchtenberg, da nobreza da Bavária. Ela tinha 17 anos de idade e dom Pedro I, 30 anos.

Fustigado pela oposição liberal no Brasil e vendo a situação de sua filha Maria cada vez mais complicada em Portugal, dom Pedro I abdicou ao trono brasileiro e rumou para a Europa para combater seu irmão Miguel. Com o título de duque de Bragança, dom Pedro buscou apoio na França e na Inglaterra para guerrear contra seu irmão absolutista em Portugal. Em 1832 rumou para os Açores,

a única parte do território português que permaneceu fiel a Maria. De lá ele partiu com suas forças para o continente. Após renhidas batalhas, com destaque para o cerco da cidade do Porto, as forças liberais lideradas por dom Pedro conseguiram tomar o poder em 24 de julho de 1834 e expulsar o usurpador. Ele foi aclamado então dom Pedro IV de Portugal. Enquanto no Brasil ele era considerado antiliberal, devido ao fechamento da Assembleia Constituinte em 1823, em Portugal, dom Pedro foi o campeão do constitucionalismo.

Os esforços e privações dos anos de guerra destruíram a saúde de dom Pedro. Pouco tempo após o fim da guerra ele faleceu consumido pela tuberculose. Em 1972, no sesquicentenário da Independência, seus restos mortais foram transferidos para o Brasil. Seu coração, entretanto, ficou depositado na Igreja da Lapa, na cidade do Porto, como sinal de sua gratidão ao apoio que recebeu daquela localidade durante a guerra. Dom Pedro I conseguiu legar dois tronos aos seus descendentes: dona Maria II tornou-se rainha de Portugal e dom Pedro II foi coroado imperador do Brasil.

Leopoldina, a princesa esclarecida

A primeira imperatriz brasileira, Maria Leopoldina Josefa de Habsburgo, chegou ao

Brasil em 1817. Ela vinha para concretizar o casamento com o jovem dom Pedro I e trazia os sonhos de uma princesa nascida e criada na fartura do império da Áustria. Lá ela recebera uma educação exemplar para ser esposa e mãe de monarcas, atendendo aos preceitos que sua família seguia. Cresceu em um ambiente de turbulência na Europa sob a ameaça do imperador francês Napoleão Bonaparte.

Sua avó, a rainha da França, Maria Antonieta, morrera na guilhotina em Paris, e sua família ainda teve de suportar a humilhação de ceder a Napoleão como esposa, uma de suas irmãs, Maria Luísa, em 1810, numa negociação pela paz que não duraria muito tempo.

Provavelmente, veio desse ambiente político europeu a experiência para que ela se empenhasse em busca de um Brasil livre do domínio português, tornando-se figura chave no processo de Independência do Brasil.

Contrastava com seu nível cultural e sua índole bondosa, a figura descrita por historiadores da época como uma moça rechonchuda, desprovida de charme e vaidade. Em princípio, encantou-se com o herdeiro do trono, mas, inteligente e sensível, com o tempo descobriu que tudo o que vira nele no início do casamento era uma grande ilusão.

Mas nunca abdicou de fazer aquilo para o qual foi treinada: exercer o papel de esposa fiel e mãe, além de promover a caridade entre os menos abastados da época. Teve com o Imperador sete filhos. Maria da Glória, Miguel (morto ao nascer), João Carlos (morto aos 11 meses), Januária Maria Carlota (viveu até 1901), Paula Mariana (morta aos dez anos), Francisca Carolina Joana (falecida em 1898), Pedro de Alcântara (o imperador dom Pedro II, morto em 1891).

Em contrapartida, assistiu um príncipe antes dócil e educado tornar-se alguém rude, autoritário e infiel.

Ao viajar para São Paulo, dom Pedro I conheceu Domitila de Castro Canto e Melo, a futura Marquesa de Santos, a quem passou a dar atenção e presentes, proporcionando-lhe um tratamento que deveria ser dirigido à imperatriz, de quem sonegava até as mesadas em meio à crise financeira que se abateu sobre o Brasil.

Desiludida no amor, mas atenta à vida política do país, ela acabou assumindo o protagonismo no processo de independência ao lado de José Bonifácio, a quem convenceu a aceitar o cargo de ministro, em janeiro de 1822. Segundo Laurentino Gomes, o paulista insistia em recusar o convite por não ter absoluta confiança no Imperador.

Enquanto dom Pedro estava em São Paulo

para a costura de apoios, a imperatriz assumiu como regente, tornando-se a primeira mulher a governar o Brasil. Ela convocou e presidiu uma reunião do Conselho de Estado em 2 de setembro de 1822 e decidiu que deveria ser proclamada a Independência do Brasil.

“Do ponto de vista formal, a Independência foi feita por Leopoldina e Bonifácio, cabendo ao príncipe apenas o papel teatral de proclamá-la na colina do Ipiranga”, diz Laurentino Gomes em seu livro, *1822*. A imperatriz ainda empenhou-se, posteriormente, para que a autonomia do Brasil fosse reconhecida, enviando cartas para o pai, o Imperador Francisco I, na Áustria, e para o sogro, rei de Portugal.

Àquela altura, Leopoldina já estava desiludida com o casamento. Em carta à irmã, confessava os dissabores e o sofrimento, em silêncio. “*Era muito mais feliz quando solteira... Agora só tenho preocupações e dissabores, que engulo em segredo, pois reclamar é ainda pior. Infelizmente, vejo que não sou amada.*”

Enquanto a imperatriz sofria em silêncio, a Marquesa de Santos se mudara para o Rio de Janeiro, onde frequentava as festas da Corte e recebia todas as atenções do Imperador. Paralelamente, atuava para beneficiar amigos com cargos, levando uma vida suntuosa.

Entristecida, Leopoldina definhava

rapidamente com problemas financeiros, chegando a apelar a um agiota alemão para saldar salários dos empregados. Os juros, naturalmente, eram altos, o que a levou, certa vez, a escrever ao pai, solicitando dinheiro, mas não foi atendida. Em consequência dos transtornos, abandono por parte de dom Pedro e das humilhações, sua saúde ficava cada vez mais debilitada.

Em carta à irmã, ditada à Marquesa de Aguiar, às 4h da manhã do dia 8 de dezembro de 1826, três dias antes de seu falecimento, Leopoldina relatou que foi maltratada por dom Pedro na frente da rival, a Marquesa de Santos. “*Acabou de dar-me a maior prova de seu esquecimento a meu respeito, maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças...*”

“Dona Leopoldina era uma legítima representante da dinastia dos Habsburgos da Áustria. Seu casamento foi, como eram os casamentos reais, baseado em um tratado entre Portugal e a Áustria”, diz a historiadora Isabel Lustosa, autora do livro *Dom Pedro I: Um Herói sem Nenhum Caráter*.

“Era uma mulher inteligente, culta, bastante honesta e ciosa dos valores da religião católica em que fora educada.”

Para alguns historiadores, o conhecimento de como funcionava o jogo de poder, desenvolvido como uma integrante dos

Habsburgos, da Áustria, foi importante na atuação dela no processo de Independência do Brasil.

José Bonifácio, decisivo para fundar uma pátria unificada

Intellectual com conhecimentos múltiplos, conservador, fluente em seis idiomas, José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, no ano de 1763, no seio de uma família abastada. Estudou Ciências Naturais e Direito em Coimbra, Portugal, onde também foi um prestigiado professor universitário. É considerado tradicionalmente como o grande patriarca do projeto de independência e de um Brasil unitário, centrado nas províncias do Sul.

Bonifácio aproveitou sua longa permanência pela Europa para conhecer o continente, viajando. E nunca parou de estudar, destacando-se em segmentos como geologia, metalurgia e tornando-se doutor em Filosofia. Ainda em Portugal, fundou a primeira cátedra de metalurgia e também ocupou postos relevantes, como chefe da polícia do Porto, após a expulsão dos franceses, na primeira década de 1800.

Por todo o conhecimento adquirido na Europa, José Bonifácio bem poderia ser um ferrenho defensor das teorias iluministas. Mas, no Brasil, como primeiro-ministro

nomeado por dom Pedro I, atuou de forma muito forte para conter o federalismo e a autonomia das províncias. Seu liberalismo limitou-se a alguns discursos sobre a abolição da escravatura. Na prática, era um ferrenho conservador e defensor da aristocracia rural. Não foi por acaso que conseguia dialogar muito bem com os representantes dos produtores rurais pernambucanos, que sempre demonstraram subserviência nas relações com a Corte.

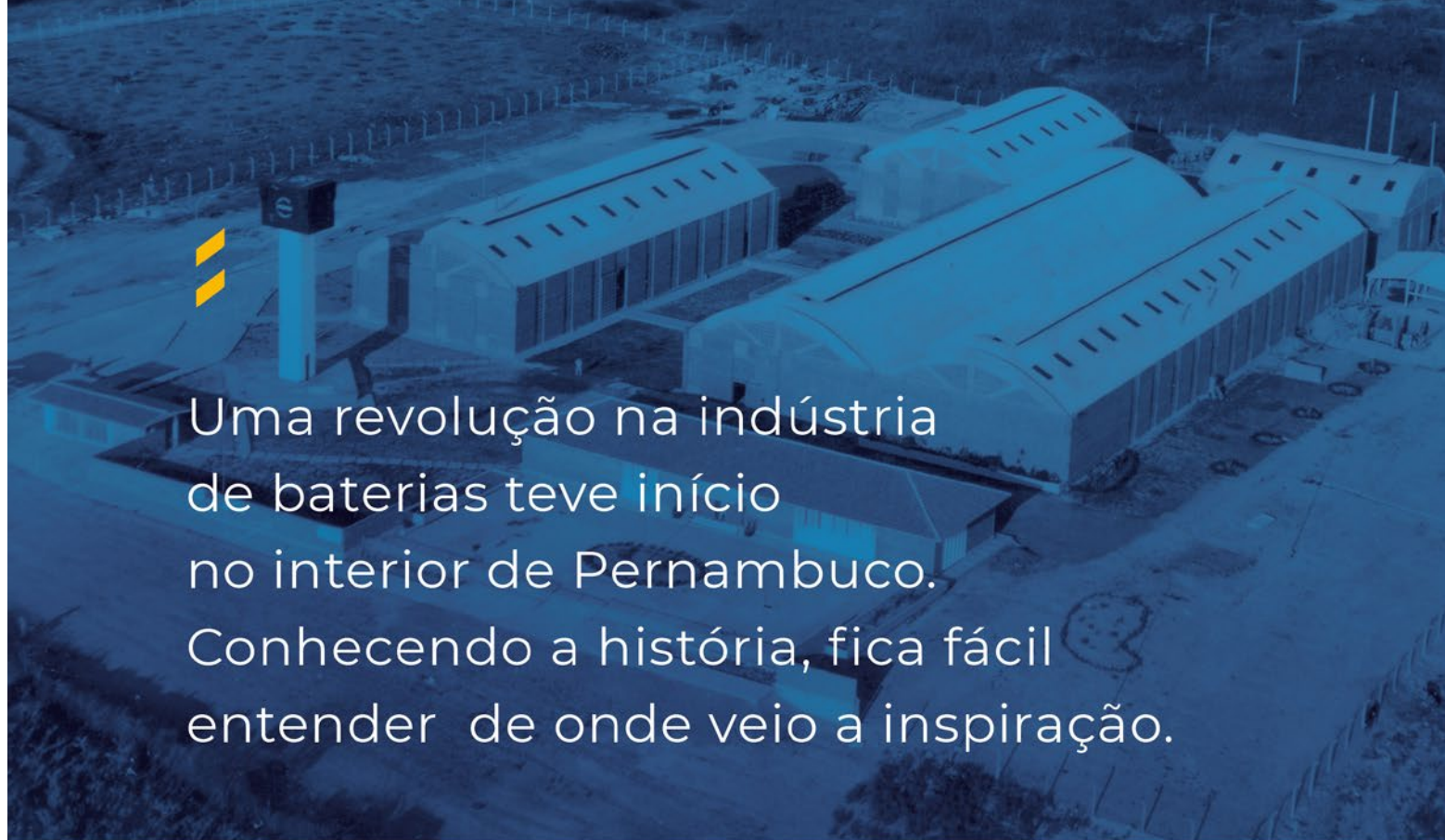
Sua ascendência política começou quando assumiu a presidência da junta governativa de São Paulo, em 1821. Posteriormente, tornou-se assessor e ministro de dom Pedro I, ao lado do irmão Martim Francisco. A partir daí, passou a trabalhar para organizar a Independência do Brasil com atuação destacada.

Nas eleições para a Assembleia Constituinte, ele mostrou seu poder de articulação e fez três dos seis representantes paulistas, e ainda colocou na liderança do grupo seu outro irmão, Antônio Carlos. Além disso, negociou para reduzir as arestas políticas e ideológicas entre o Imperador e a Assembleia Constituinte, onde representava

a corrente mais conservadora defendendo um Estado centralizado e a limitação do direito de voto, em oposição aos liberais mais radicais, que exigiam a limitação dos poderes de dom Pedro e a maior autonomia das províncias.

Em meio ao processo, Bonifácio acabou se desgastando com a oposição. Foi acusado de autoritarismo, perdendo prestígio junto ao Imperador. Em 1823, acabou se demitindo junto com o irmão ao ter seus interesses contrariados pelo monarca, que anistiou prisioneiros revoltosos que eram inimigos da família Andrada. Junto com o irmão Martim, criou um jornal chamado Tamoio no qual passou a criticar o Imperador. Tamoio era o nome de uma etnia indígena conhecida por sua aversão aos portugueses. Após a dissolução da Constituinte, José Bonifácio, seus irmãos e alguns partidários do grupo foram deportados para a Europa.

Ao retornar ao Brasil anos depois, reaproximou-se do Imperador que, após abdicar ao trono, indicou-o como tutor de seu filho, dom Pedro II. Em seus últimos dias de vida mudou-se para Niterói, no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1838.



Uma revolução na indústria de baterias teve início no interior de Pernambuco. Conhecendo a história, fica fácil entender de onde veio a inspiração.

Há 65 anos, a Moura começava uma revolução na economia do interior pernambucano e, depois, do Brasil. Uma fábrica de baterias automotivas que começou em Belo Jardim e se transformou numa das maiores referências de acumuladores de energia do mercado, com qualidade e alta tecnologia. O Grupo Moura tem orgulho de ter uma página escrita na história de Pernambuco, em meio a tantos outros feitos importantes para conquistar a relevância histórica que temos hoje.





1824 - A Confederação do Equador

Confederação do Equador: mais um grito de liberdade reprimido

A Confederação do Equador eclodiu, em Pernambuco, em um primeiro momento, como reflexo da luta entre as lideranças em nível nacional e regional. Cada uma, ao seu próprio modo, tinha o desejo de influir na política administrativa e na organização do Estado. De um lado, estava o absolutismo representado pelo Imperador dom Pedro I. Do outro, o sentimento de busca pela autonomia nascido com a expulsão dos holandeses no século XVII, agora sob a influência dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade proposto por filósofos iluministas, inspiradores da Revolução Francesa. Mas esse sentimento de luta pela liberdade não incluía os negros, pois não se falava, entre os revolucionários, no fim da escravidão no Brasil.

Argumentava-se que a unidade político-territorial deveria ser garantida por uma Assembleia Constituinte eleita pelo povo, como órgão representativo da vontade

dos brasileiros. Tão logo a convocação da Constituinte foi feita, os conservadores (aristocracia rural e aliados) procuraram esvaziar o sentido popular da medida. Foram excluídos do direito de votar todos os eleitores que viviam de salários, ou seja, as camadas populares não poderiam eleger seus representantes.

O anteprojeto foi apresentado para discussão na Assembleia em setembro de 1823 e deveria ser a base da Constituição. Continha 272 artigos, inspirados parcialmente nos ensinamentos dos filósofos iluministas, dos quais se pode destacar o princípio da soberania nacional e o liberalismo econômico. O sistema democrático, porém, foi descartado.

Em alguns de seus itens, o anteprojeto também limitava o poder de dom Pedro I, pois declarava a indissolubilidade da Câmara, o veto apenas suspensivo do Imperador e o controle das Forças Armadas pelo Parlamento e não pelo Imperador. Assim, o essencial do poder ficava nas mãos do Legislativo.

Naturalmente, ao ver seu poder ameaçado, dom Pedro I voltou-se contra a Assembleia. Em meio às tensões, decretou a sua dissolução em 12 de novembro de 1823. A Assembleia foi invadida pelas tropas imperiais e os deputados foram presos. Assim, o Imperador reatava os laços com o absolutismo. Face ao descontentamento desta medida arbitrária, dom Pedro nomeou rapidamente uma comissão de dez membros – o Conselho de Estado – para redigir um texto constitucional. Em 25 de março de 1824, a Constituição foi outorgada.

Assim como o anteprojeto da Assembleia dissolvida, a Constituição também afastava a camada popular da política. O poder Legislativo era formado por um Senado vitalício e por uma Câmara dos Deputados, com mandato de três anos. Os senadores eram escolhidos pelo Imperador; a partir de uma lista tríplice, apresentada pelas províncias. Sua função era propor, redigir e aprovar as leis.

O poder judiciário era exercido por um Supremo Tribunal, com magistrados escolhidos pelo imperador. O poder executivo era exercido por um ministério escolhido pelo monarca e presidido por ele. A novidade desta Constituição era o Poder Moderador, pertencente exclusivamente ao imperador. Na prática, o Poder Moderador tornou-se

instrumento de sua vontade pessoal ou de seu absolutismo.

A este poder cabia aprovar ou não as medidas emanadas do Legislativo, nomear os senadores vitalícios e dissolver a Câmara dos Deputados. Estava nas mãos de dom Pedro o poder de escolher os membros do Conselho de Estado, além de nomear e demitir os presidentes das províncias. As 19 províncias que formavam o Brasil estavam diretamente subordinadas ao Poder Moderador, coibindo as tendências autonomistas. Enfim, desde que cabia ao Imperador nomear e demitir os juízes, também o Judiciário estava sob o controle dele.

Pernambuco em ebulição

Naquele período, entre 1821 e 1824, Pernambuco passou por vários momentos de tensão nos entreveros com o Império. Em 1821, se estabeleceram no Recife as Juntas Governativas por determinação de um decreto das Cortes de Lisboa. A última destas juntas, presidida por Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo (de Santo Agostinho), apresentou pedido de demissão em 13 de dezembro de 1823. Naquele momento, o imperador já havia estabelecido por decreto uma nova forma de governo para as províncias, reservando para ele próprio a nomeação de um presidente, um secretário e

cinco membros escolhidos pelo eleitorado de cada província.

Mas, em Pernambuco, o Grande Conselho, composto de cidadãos convocados por seu prestígio e história de patriotismo, aceitou a demissão de Paes Barreto. O mesmo Conselho escolheu um novo presidente: Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o que contrariava a determinação imperial.

“Para agravar a situação, em 8 de janeiro de 1824, uma grande reunião de eleitores das paróquias de Olinda e Recife, na Igreja Catedral e presente o Senado da Câmara dessa segunda cidade foi confirmada a eleição de Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Ora, a essa altura, dom Pedro I já havia nomeado o novo presidente da Junta demissionária, Francisco Paes Barreto”, destaca Glacyra Leite, no livro *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*.

Veterano da Revolução de 1817, Manuel de Carvalho Paes de Andrade havia se refugiado nos Estados Unidos, onde se encantara com o grau de autonomia dos Estados. Era isso o que muitos pernambucanos queriam para o Brasil. No entanto, em 25 de março de 1824, o imperador entregou ao país uma nova Constituição. No texto, dom Pedro I estava acima do povo e de qualquer instituição. E, claro, era ele quem deveria escolher os presidentes das províncias.

Em meio à resistência de Pernambuco para manter Paes de Andrade, o imperador nomeou José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, logo depois alçado ao posto de senador do Império. Mas com a agitação na província o escolhido não teve coragem de assumir.

Manuel de Carvalho ainda tentou uma última negociação mandando um representante para o Rio de Janeiro, buscando convencer o imperador da legitimidade dos procedimentos eleitorais adotados. A conversa foi tensa e curta. Dom Pedro atravessou a fala do representante pernambucano com um sonoro “Psiu!” com dedo em riste na boca, conforme contou assustado o sujeito, em texto que escreveu sobre o assunto. A seguir, a reprodução de alguns trechos do diálogo do emissário, Basílio Quaresma Torreão, com o imperador, ocorrido em 14 de maio de 1824, publicado nos *Anais Pernambucanos*, de Pereira da Costa:

- Senhor, por este ato paternal, permita-me que, em nome de Pernambuco, beijemos a mão de Vossa Majestade Imperial. Até aqui foi lisonjeiro e se pudéssemos nos retirar naquele ponto, sairíamos airosos, mas o Imperador continuou:
- Sinto que os pernambucanos me tenham sido traidores.
Ao que repliquei:

- Senhor, os pernambucanos...

O Imperador atalhou-me, dizendo:

- Não preciso que me diga nada, eu sei mais do que Vosmecê a história de sua província.

Abalancei-me a replicar (nisto é que foi o erro)

- Mas Senhor, permita-me Vossa Majestade que eu defenda os meus consti...

Mal tinha eu terminado a frase quando o homem, com os olhos chamejantes, pondo na boca o dedo indicador, deu-me um “psiu!”, dizendo em seguida:

- Nem mais uma palavra.

Então fizemos a última reverência e saímos.

Dom Pedro I mandou uma esquadra bloquear o porto do Recife enquanto o poder não fosse passado a Mayrink. Os pernambucanos continuaram irredutíveis, até que, em junho, a frota teve de voltar ao Rio de Janeiro por causa de uma suposta ameaça de invasão portuguesa.

Com o fim do bloqueio, Manuel de Carvalho Paes de Andrade propôs que as províncias do Norte se unissem para formar um país independente. Em 2 de julho de 1824, nascia a Confederação do Equador, inspirada nos Estados Unidos. Um dos membros mais destacados do movimento foi frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Com sua influência religiosa e intelectual, ele conseguiu o apoio de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que

aderiram à Confederação.

“Afirmava-se que o Imperador postergando os mais solenes juramentos e os mesmos princípios que lhe deram nascimento político, autoridade e força, insultou caluniosamente o respeitável corpo que representava a nova soberania, desembainhando a homicida espada e de um só golpe fez em pedaços aquele soberano corpo e dilacerou seus membros”, ressalta Glacyra Leite, no livro *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*.

A revolta causou prejuízos ao prestígio do Brasil no exterior. As grandes nações da época ainda não haviam reconhecido a autoridade de dom Pedro I e o movimento não ajudava à diplomacia. Em agosto, tropas imperiais desembarcaram em Alagoas e, de lá, vieram em direção ao Recife. Era a mesma trilha de 1817. E, como na primeira revolta, os senhores de engenho mais reacionários ajudaram a derrotar os rebeldes.

Uma medida de caráter polêmico, tomada por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, é apontada por historiadores como um provável ponto de cisão entre grandes proprietários de terra e traficantes de escravos que haviam começado a rebelião no mesmo lado. Em 3 de julho, o governador lançou um edital em que abolia o tráfico negreiro no Recife, o que arrefeceu os ânimos

dos “revolucionários”.

Outro fato determinante para o fracasso da Confederação do Equador foi que todas as tentativas do governo rebelde de controlar o interior da província foram inúteis, em razão da resistência apresentada pela oligarquia pernambucana, então liderada por Francisco Paes Barreto. Eles receavam que a proibição do tráfico negreiro provocasse escassez de mão de obra.

Os últimos focos de resistência da Confederação no interior foram extintos em fins de novembro de 1824. Carvalho havia fugido para a Inglaterra. Outros líderes da insurreição seriam executados. No Rio de Janeiro, a Corte respirava aliviada com a manutenção de seu poder sobre todo o país. Mas vivia assombrada pela efervescência pernambucana.

Os conflitos internos entre líderes pernambucanos também se fizeram presentes no período das rebeliões. Francisco Paes Barreto se manifestava favorável ao governo do Rio de Janeiro, alegando que era preciso manter a hegemonia nacional e que era monarquista. Do outro lado, Manuel de Carvalho Paes de Andrade e seu grupo defendiam a autonomia da Província e a modificação nas leis tributárias.

O que se entende daí é que os dois grupos, na verdade, almejavam o controle

do poder local. Manuel de Carvalho, mesmo fugindo após a derrota da Confederação do Equador, voltaria anos mais tarde e viraria monarquista em aliança com o Imperador.

A respeito de Manuel de Carvalho surgiram rumores de que, antes da rendição dos pernambucanos, ele teria tentado “comprar” o mercenário escocês Alexandre Thomas Cochrane, contratado para organizar a frota imperial, composta por cinco navios, utilizada para combater os rebeldes em Pernambuco.

Nas províncias vizinhas, o ideal de liberdade proclamado pelos pernambucanos ganhou força, mas acabou morrendo a partir do momento em que o movimento foi derrotado no Recife. Alagoas, que era território pernambucano até 1817, não teve participação efetiva, houve movimento dos liberais logo dominados. Na Paraíba, a tensão política cresceu e a rebelião se espalhou pelas cidades do interior, aonde chegavam emissários de Paes de Andrade, assim como no Rio Grande do Norte. Todos os movimentos que se espalharam pelas províncias vizinhas, porém, acabaram minados pelo insucesso de Pernambuco.

Para presidir interinamente a Província, após a repressão aos rebeldes, dom Pedro I nomeou, em 20 de dezembro, o brigadeiro e general Francisco de Lima e Silva. O

fuzilamento dos líderes rebeldes, porém, não foi suficiente para acabar com o temor do governo imperial em relação a Pernambuco. Ele ficou no posto até de 23 de maio de 1825, quando foi substituído por José Carlos Mayrink Ferrão.

Durante o período em que governou a Província, Lima e Silva enviou várias correspondências a dom Pedro I nas quais recomendava sempre uma grande força, bem dirigida por um governo enérgico e vigilante. Ele dizia que “Pernambuco tinha sido, era e pode ser a alavanca da potência revolucionária das províncias secundárias do Norte”. Reproduz Glacyra Leite, no livro *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*.

Perfil dos personagens

Frei Caneca: religioso, Iluminista e revolucionário

Ao se debruçar sobre a história de Frei Caneca, a partir das informações colhidas nos livros dos historiadores e documentos da época, é possível enxergar que ele era alguém dotado de inteligência acima da média. Isto lhe proporcionou a capacidade e a inquietação para buscar e assimilar conhecimento, além de desenvolver um extremo talento para verbalizar o que

sentia. Tornou-se, assim, o mais poderoso orador de sua época. Era um homem que carregava a dor dos oprimidos e a força para semear a liberdade em cada palavra. Por isso, transformou-se no principal personagem da Confederação do Equador, em Pernambuco.

Como foi construído esse líder e o que fez para terminar o período revolucionário de 1817 a 1824 de forma tão trágica?

Arcabuzado e, logo após, esquartejado.

A construção do líder

Nascido no Recife, em 1779, numa localidade conhecida como Fora de Portas, ao norte da porta do Bom Jesus, construída para dar acesso a quem vinha de Olinda. Seu pai era o português Domingos da Silva Rabelo, um reinol, como eram chamados na época os portugueses, e a mãe, Francisca Alexandrina de Siqueira, pernambucana, fazia parte do grupo dos mazombos, apelido dado a quem nascia no Brasil. Domingos era tanoeiro, nome dado aos profissionais que fabricavam canecas e barricadas. A mãe, doméstica. Havia dois religiosos na família, o padre José Dantas e Frei Antônio Alves da Natividade. “A presença de um carmelita no seu passado induz à suposição que sua vocação como carmelita tivesse influência familiar”, diz Frei Tito Figueiroa de Medeiros em seu livro *Frei Caneca, vida e escritos*. Joaquim do

Amor Divino Rabelo acrescentou o Caneca ao nome em homenagem ao pai. E também orgulhava-se de contar, em sua ascendência, com representantes das etnias indígenas e africanas. Certa vez, foi “insultado” ao ser chamado de filho “de pardos comedidos”. E respondeu com altivez, dizendo que, ao estudar sua árvore genealógica, descobriu que seu trisavô materno misturou seu sangue a uma natural da terra, possivelmente uma índia, de nome Maria: “Ela poderia ser filha de alguma tupinambá, petiguari ou tapuia, mas que, por outro lado, se fosse alguma rainha ginga nenhum mal me faz, pois já está à porta o tempo de muito nos honrarmos do sangue africano”, destaca Evaldo Cabral de Mello no livro *A Outra Independência*.

O orgulho que carregava das suas raízes, inspirou poemas como O Auto do Frade, de João Cabral de Mello Neto:

*– por que não deixou para um lado
esse apelido de Caneca?
do amor divino era pouco
para dignificar quem ele era?
Não quis esconder que seu
pai um simples operário era,
nem mentir parecendo vir
das grandes famílias da terra.*

Após os estudos iniciais, matriculou-se no Convento do Carmo, em 1796, começando aí sua formação religiosa, para

receber ordenação sacerdotal aos 22 anos, em 1801. Caneca também estudou no Seminário de Olinda, fundado pelo padre Azeredo Coutinho. Essa escola era dotada de grande acervo de livros iluministas, sendo uma das maiores referências do Brasil. Foi nela que Frei Caneca teve contato com as ideias iluministas de Voltaire, Rousseau e Montesquieu, além dos clássicos gregos e da filosofia de Platão. Tornou-se professor de Retórica e Geometria na Escola Claustal do Convento do Carmo. A partir daí, galgou postos importantes dentro da instituição, assumindo o cargo de definidor (membro do conselho que assessora o prior no governo das províncias carmelitas).

Foi nessa fase que possivelmente se envolveu com uma mulher chamada Marília com a qual teve três filhas, referindo-se a ela em um poema pouco antes de sua execução. Como era vedado aos padres o casamento, embora a Igreja fizesse vista grossa para os relacionamentos amorosos dos sacerdotes, eles costumavam se dirigir à prole como “afilhado(as)”, e assim agiu Frei Caneca em sua homenagem à amada e às filhas.

Prisioneiro na Bahia

Preso após a queda do governo revolucionário de 1817, Caneca foi acusado de participar de treinamentos de guerrilha,

além de ter marchado com tropas rebeldes em direção ao Norte, e de ser amigo do padre João Ribeiro. Fez sua defesa em cartas para dom João VI e para frei Inocêncio Antônio das Neves Portugal, quando tentou explicar seu envolvimento na Revolução.

De acordo com o historiador Marco Morel no livro *Frei Caneca, Entre Marília e a Pátria*, o jovem frade apelou pela libertação, argumentando que era responsável pelo sustento de três irmãs solteiras e duas sobrinhas órfãs e que era contra qualquer movimento rebelde.

“Nunca participei de nenhum tipo de exercício militar; não sou soldado nem tenho condições de ser. É verdade que acompanhei o corpo militar de rebeldes como capelão. Mas fiz isso constrangido. Foi no dia 20 de abril, quando recebi ordens expressas de meu superior, prior do Convento, frei Antônio São José Holanda, que não queria se comprometer com nenhum dos dois lados do conflito...”

Sua defesa foi em vão. Acabou enviado para Salvador, antes passou pelo constrangimento de caminhar acorrentado pelas ruas do Recife, junto com outros presos, ao som de uma banda militar, sob o olhar enternecido de populares que simpatizavam com ele.

Caneca atribuiu sua prisão a duas

testemunhas de acusação: os freis José de Santa Tereza e Antônio, ambos, carmelitas. Segundo ele, o primeiro quis vingar-se porque foi reprovado em uma matéria quando era seu aluno, e o segundo porque ambicionava o cargo de Secretário Visitador, para o qual ele deveria ser indicado no próximo Capítulo Provincial. “Ambos uniram-se e denunciaram-me como cabeça da Revolução. É da disputa por este emprego que nasceu a denúncia. Minha prisão resulta de intriga da comunidade.”

Segundo o historiador Marco Morel em *A República fora derrotada por armas*, morreram cerca de 350 pessoas na Revolução Pernambucana 1817, dentre elas, diversos líderes. De acordo com os estudos deste historiador, Frei Caneca não participou dessa Revolução. Ele explica que nos documentos e testemunhos da época, não se encontram registros de participação do frei em reuniões, nem redigindo textos ou com algum envolvimento partidário. Em seus escritos, o comerciante francês Tollenare, já citado nesta matéria, não se refere a Frei Caneca.

Já o historiador Evaldo Cabral de Mello discorda de Morel. Segundo Evaldo, em 1817, o frade já estava envolvido no movimento, embora não estivesse entre os protagonistas, o que só veio ocorrer na Confederação do

Equador.

Condenado, ele passou quase quatro anos na prisão, em Salvador, entre 1817 e 1821, período em que experimentou sofrimentos em série, como sede, fome e falta de comunicação com amigos e familiares. Após o Conde dos Arcos deixar o poder, na Bahia, o tratamento aos detentos melhorou. Passaram, então, os encarcerados a obter conhecimentos doutrinários de livros que ganhavam. Frei Caneca chegou a criar uma gramática da língua portuguesa, além de ensinar geometria e cálculos. Adquiriu também conhecimento de inglês em aulas proferidas por Antônio Carlos de Andrade, irmão de José Bonifácio.

Revolucionário e polemista em 1824

Frei Caneca foi libertado em 1821 após um conjunto de decisões que começaram em Portugal com a Assembleia Nacional Constituinte, que encerrou a monarquia absoluta. Em seguida, as cortes anularam a devassa do tribunal de alçada da Bahia. Ao retornar ao Recife, junto com vários companheiros de prisão, retomou sua vida normal, voltando a dar aulas. No ano seguinte, dom Pedro I declarou a independência do Brasil. E Frei Caneca foi convidado para fazer o que ficou conhecido

como Sermão da Aclamação, proferido na antiga Igreja Matriz do Corpo Santo, no bairro do Recife, quando celebrou a decisão do Imperador. Posteriormente, “o sermão foi impresso na corte do Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional”, explica Frei Tito Figueirôa de Medeiros.

Se em seu depoimento como réu, em 1817, Frei Caneca negou de forma veemente ter participado da Revolução. Em 1824, ao reivindicar sua liberdade em carta às autoridades da época, ele era, assumidamente, um crítico feroz do autoritarismo. Antes, porém, houve um intervalo de paz, quando em 1822 apoiou a independência do Brasil, alimentando a esperança de que o país caminhava para se transformar em uma monarquia constitucional.

As críticas ao Império e o surgimento do Typhis

Os eventos ocorridos em novembro de 1823, quando dom Pedro I mandou cercar e fechar a Assembleia Nacional Constituinte, para poucos meses depois outorgar uma Constituição, feita por um grupo de sua confiança, azedou o humor do frade pernambucano. Além disso, o Imperador ainda nomeou o morgado do Cabo, Francisco Paes Barreto, como novo presidente da

província. Um conselho de cidadãos foi convocado e Frei Caneca chamado a dar seu parecer, onde criticou de forma contundente a decisão imperial, embasando a rejeição dos pernambucanos ao novo dirigente.

Em 25 de dezembro de 1823, Frei Caneca iniciou a publicação do Typhis Pernambucano. A publicação teve 29 edições, encerrando-se em 12 de agosto de 1824. Foi neste jornal que ele desenvolveu todo o seu potencial crítico e suas ideias revolucionárias. Typhis, na mitologia grega, era um argonauta que partiu em busca do Carneiro de Ouro, algo até então inatingível. Ou seja, ele era esse navegador em busca do que parecia impossível, a liberdade. Abaixo do título, um pequeno trecho de Os Lusíadas, de Camões - “Uma nuvem que ares escurece, sobre nossas cabeças aparece”.

Na primeira edição, ele já passou a atacar fortemente o autoritarismo, mostrando sua revolta com a prisão do amigo jornalista Cipriano Barata, proprietário do jornal Sentinela da Liberdade.

“Amanheceu nesta Corte o luto dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua independência, dia em que o partido dos chumbeiros do Rio de Janeiro conseguiu dissolver a suprema Assembleia Constituinte Legislativa do Império do Brasil. Verificaram-se todas as previsões do espírito

presságio da Sentinela da Liberdade.”

Quando os canhões dos navios enviados por dom Pedro I já apontavam para o Recife, Frei Caneca publicou a 24ª edição do Typhis, incluindo nela os artigos quarto e quinto do Comunicado: Base para a formação do pacto social, redigido por uma sociedade de homens de letras.

4º) A todo homem é livre manifestar os seus sentimentos e a sua opinião sobre qualquer objeto.

5º) A liberdade de imprensa, ou qualquer outro meio de publicar estes sentimentos, não pode ser proibido, suspenso nem limitado.

“Nós queremos uma Constituição que afiance e sustente nossa Independência, a união das províncias, a integridade do Império, a liberdade política, a igualdade civil, e todos os direitos inalienáveis do homem em sociedade; o ministério quer que, à força de armas, aceitemos um fantasma ilusório e irrisório da nossa segurança e felicidade, e mesmo indecoroso ao Brasil...”

O historiador Marco Morel, em análise sobre o jornal criado pelo Frei Caneca, explica que quando surgiu o Typhis Pernambucano muitos outros jornais já existiam na província, como o *Aurora Pernambucana*, de Luís do Rego, e o *Segarrega*, redigido por Felipe Mena Calado Fonseca, entre outros. Em pesquisa junto

com Mariana M. de Barros, Morel relatou que a imprensa periódica da época, o que inclui o Typhis Pernambucano, “era independente, ideológica, não industrial e artesanal, e era conhecida como folha ou pasquim”.

O silêncio diante da morte

Caneca continuou expondo as razões para Pernambuco não aceitar o autoritarismo de dom Pedro I até que o porto do Recife foi bloqueado para que a província fosse retomada pelo Império. Com o Recife cercado, as tropas rebeldes seguiram pelo interior em direção ao Ceará, período em que ele escreveu *O Itinerário*, contando detalhes das jornadas pelo interior. Mas o grupo acabou sendo obrigado a se render nos sertões do Ceará.

Historiadores da época registraram que o frade carmelita recebeu com resignação a sentença de morte. Nas poucas conversas que teve antes da execução e nas pregações aos guardas responsáveis pela vigilância de sua prisão, ele falava da tirania a que a pátria estava submetida.

Sua execução ocorreu em 13 de janeiro de 1825. Neste dia, ele foi acordado pelo Frei Carlos São José, com quem mantinha estreita amizade, e foi conduzido para receber sua sentença em praça pública. Três

carrascos rejeitaram a ordem de enforcá-lo. Então, a decisão dos governantes foi o fuzilamento por arcabuz.

O castigo e as queixas

Para reduzir a jurisdição de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, antes mesmo de ter conhecimento da eclosão da Confederação do Equador, dom Pedro I baixou o decreto de 7 de julho de 1824 que desligou a Comarca de São Francisco da província de Pernambuco e ordenou a anexação provisória daquele território à província de Minas Gerais. Vale ressaltar que o decreto foi baixado apenas cinco dias após a deflagração do movimento em Pernambuco, quando a notícia ainda não havia chegado ao Rio de Janeiro.

Tendo chegado ao meu imperial conhecimento que o intruso presidente de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que não tem podido seduzir até hoje mais que um punhado de militares, e de gente miserável, sem luzes e sem costumes e sem fortuna da cidade de Recife, e de três ou quatro vilas das circunvizinhanças, procura levar agora a todos os pontos da província os mesmos embustes e imposturas que temerariamente têm assoalhado, mandando emissários para arrastarem ao mesmo abismo, que o espera, os povos inocentes do

interior, a quem dificultosamente chegam notícias do verdadeiro estado das cousas públicas, que ele cautelosamente oculta ou desfigura, e devendo eu como Imperador e Defensor Perpétuo do Império empregar todos os meios possíveis para manter a integridade dele, e salvar meus fiéis súditos do contágio da sedução e impostura. (...) E considerando quão importante é a bela comarca denominada do Rio São Francisco, que faz parte da província de Pernambuco e a põe em contato com a de Minas Gerais, e o grande cuidado que devem merecer-lhe seus habitantes pela constante fidelidade e firme adesão que têm mostrado à Sagrada Causa da Independência e do Império, e até pelos sacrifícios que têm já feito a favor dela. Hei por bem com o parecer de meu Conselho de Estado ordenar, como por este ordeno, que a dita Comarca do Rio São Francisco, seja desligada de Pernambuco e fique desde a publicação deste Decreto em diante pertencendo à Província de Minas Gerais... Paço, em 7 de julho de 1824.

Sempre encontrando resistência às suas decisões no ideário nativo e na vocação para a liberdade dos pernambucanos, o poder central prosseguiu massacrando Pernambuco ao longo da história, o que não escapou às avaliações dos historiadores.

Pernambuco não teve apenas o território

mutilado, mas também suas rendas, o que levou ao empobrecimento de toda uma região. Tais expedientes e retaliações vieram contribuir para a aversão de Pernambuco a qualquer poder centralizador que viesse de encontro à sua autonomia.

“Décadas depois, as queixas relativas ao fato de a centralização do governo no Rio de Janeiro ter sido efetivada sem ouvir as demais províncias, insuflavam os ânimos dos pernambucanos e provocavam temores em intelectuais de pensamento libertário, como Joaquim Nabuco,” relata Leonardo Dantas Silva, na obra *A Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira: Brasil 1701 – 1824*.

Em entrevista ao jornal *Diário de Pernambuco*, para a Série “A Comarca do São Francisco”, de autoria do jornalista Vandek Santiago, a historiadora Isabel Lustosa, fez uma análise das razões da hostilidade de dom Pedro I em relação a Pernambuco.

Argumentou que esse estado do Nordeste sempre cultivou orgulho de seu nativismo e citou uma declaração de Frei Caneca: “Somos indomáveis e ainda nos jactamos de pisar sobre os ossos dos companheiros de Nassau”. Ela lembra que esta foi a província mais rica do Brasil até o início do ciclo do ouro, que mudou o eixo para o Sudeste.

“O orgulho da província sempre foi grande, mas o caráter rebelde foi fortemente

estimulado pela presença da Maçonaria entre o final do século 18 e o início do século 19. A Revolução Pernambucana de 1817 deu um enorme susto em dom João VI, quebrando aquela sensação de tranquilidade que a vinda ao Brasil lhe havia dado”, comentou. Desde então Pernambuco passou a ser visto como um foco de possíveis reações à Coroa.

Em sua análise, ela diz que o desmembramento da Comarca do Rio São Francisco tem relevância nacional por reduzir, geograficamente, o tamanho do Estado. “Assim, o Império quis diminuir também a área de influência política, pois episódios anteriores haviam deixado clara a vocação autonomista dos pernambucanos, o que poderia contaminar as demais províncias da região. A forma de combater tal perigo era separar de Pernambuco as partes que poderiam ser comandadas por pessoas enviadas do Rio de Janeiro”.

Cabe ressaltar, que a Comarca do São Francisco está situada em uma das regiões mais férteis do Nordeste e é composta por 35 municípios, agora sob a jurisdição do estado da Bahia. Nesses anos que marcam o desmembramento houve muitos questionamentos ao ato considerado inconstitucional efetivado pelo Imperador.

Quando da elaboração da Constituição de 1988, posteriormente, em propostas de

emendas apresentadas e, ainda, em discursos inflamados, pernambucanos ilustres, como o jornalista e ex-governador de Pernambuco Barbosa Lima Sobrinho, questionaram o castigo imposto por dom Pedro I ao estado. No entanto, todas as tentativas de reaver o território resultaram infrutíferas.

Barbosa Lima Sobrinho escreveu dois livros sobre o assunto: *Pernambuco e o São Francisco*, de 1919, e *A Comarca do Rio São Francisco*, de 1950. No segundo, ele coletou mais de 200 documentos comprovando que a constituição vigente na época, a de 1824, não tinha nenhum preceito que permitisse a mutilação de uma província em benefício de outra, a não ser em se tratando de limites controvertidos, o que não era o caso, porque não havia dúvidas a respeito do direito de Pernambuco sobre a Comarca.

O jornalista e pesquisador Vandek Santiago, percorreu junto com sua equipe o território que pertencia à Comarca. Foram de Casa Nova à Carinhanha, num percurso de 4.146 km e escreveu na sua reportagem, que há naquela região um sentimento da população em não se reconhecer nem baiana, nem pernambucana.

“A área engloba o que se chama hoje o Oeste da Bahia, atualmente o principal polo agrícola do Nordeste e o maior produtor de grão da região, detentor da terceira maior

renda per capita nordestina (atrás apenas da Bahia e de Pernambuco). Constatamos que por todos os municípios há sinais de não-pertencimento da população, tanto que lá existe um movimento pela criação do Estado do Rio São Francisco. Muitos dos que lá moram não se sentem baianos. Tampouco se sentem pernambucanos. Cerca de 200 anos depois, a impressão de quem viaja por suas terras é que a Comarca do São Francisco ainda não encontrou o seu lugar”, contou o jornalista.

Por tudo que foi relatado, percebe-se

que ser pernambucano é carregar o legado de heróis, reconhecidos e anônimos, que bravamente lutaram contra a tirania e a opressão tão presentes no absolutismo monárquico. Que mesmo cientes do risco e da ínfima chance de sucesso, não se abstiveram de combater os opressores, deixando para as futuras gerações a mais importante das lições: diante das injustiças econômicas e sociais, não há que se acomodar, nem aceitar. Uma sociedade só pode se considerar justa e livre se todos os cidadãos tiverem o direito básico de viver dignamente.



A Maçonaria e as lutas libertárias

Os revolucionários também eram maçons

De acordo com o sociólogo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, na época das revoluções de 1817 e 1824, algumas residências do Recife, em vez de conservarem capela ou oratório, foram-se transformando em uma espécie de templos maçônicos. A casa de Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá, por exemplo, era decorada com retratos de revolucionários franceses e norte-americanos, no lugar de santos e mártires da Igreja.

É fato que a Maçonaria teve grande influência no período em que as revoluções de Pernambuco ocorreram e na própria Independência do Brasil. As lojas maçônicas que surgiam em grande número no Recife serviam de local para discussão das ideias liberais e de reuniões, que planejavam complôs contra a coroa portuguesa. Por serem proibidas, as reuniões eram secretas.

Nas acusações feitas aos implicados no movimento de 6 de março, eram constantes as referências à participação em reuniões

secretas. E essa influência da Maçonaria foi destacada pelo desembargador do Tribunal de Alçada, criado para julgar os presos após a revolução de 1817. “João Osório de Castro Falcão escreveu a Tomás Antônio Vila Nova Portugal, dizendo que as ideias revolucionárias, propagadas desde 1801, cresceram e se expandiram através das lojas maçônicas”, ressalta Glacyra Leite, no livro *Pernambuco 1817*.

O historiador Leonardo Dantas Silva, no livro *Formação histórica da nacionalidade brasileira* afirma que, nas residências de Cruz Cabugá e de Domingos José Martins, se conspirava, em banquetes “estritamente nacionalistas”, contra o governo de dom João VI, a “tirania real” e a influência dos portugueses, no comércio e nas forças armadas, ao mesmo tempo em que o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro era descrito como “fraco e irresoluto”.

“Entre os amantes da república, figuravam alguns maçons, ou pedreiros livres. Esta sociedade secreta, respeitada por ser

misteriosa, e condenada cegamente como tal, disse que em tempo assaz remoto fora constituída com o louvável fim de confraternizar os homens, e excitá-los à prática de virtudes morais: concedendo aos seus membros livre garantia de pensar, oferecendo mútua comunicação de ideias e socorros, facilitando a correspondência por todos os lugares, e exigindo inviolável segredo do seu procedimento,” destaca Francisco Muniz Tavares, no livro *a História da Revolução de Pernambuco em 1817*.

Origem

Inicialmente, a Maçonaria foi criada como uma espécie de corporação na Idade Média, pelos pedreiros ou construtores, que congregavam conhecimentos de engenharia, arquitetura, escultura, dentre outros. Eram profissionais altamente qualificados, responsáveis pela construção de castelos, mosteiros, catedrais, que se reuniam nos canteiros de obras para defender o interesse da categoria ou trocar conhecimentos.

Em Londres, ocorreu o nascimento oficial da maçonaria, em 1717. Laurentino Gomes, no livro *1822*, explica essa mudança de escopo: “A essa altura, porém, os maçons não guardavam apenas segredos profissionais. Tinham uma agenda política. Empenhados em combater a tirania dos reis absolutos,

lutavam contra a escravidão e por leis que assegurassem direito de defesa, liberdade de pensamento e de culto, participação no poder e ampliação das oportunidades para todos”.

E de fato, conforme descreve o autor, as principais revoluções que trouxeram as grandes mudanças políticas nos séculos seguintes tiveram a participação da Maçonaria, senão vejamos: “Na Revolução Francesa, criou o lema *liberdade, igualdade e fraternidade* e em uma de suas lojas foi composta a *Marselhesa*, marcha revolucionária adotada como hino do França.”

Na Independência dos Estados Unidos, sua participação não foi menos significativa pois, dos 56 homens que elaboraram a Declaração de Independência, 50 eram maçons, inclusive Benjamin Franklin e George Washington. A influência foi tanta, que na nota americana de um dólar constam os símbolos maçônicos.

Assim como, Simón Bolívar, Bernardo O’Higgins e San Martín, três líderes que lutaram pela independência da América espanhola, também eram maçons e frequentaram a mesma loja em Londres, cujo fundador, Francisco de Miranda, tinha sido colega do primeiro presidente americano, George Washington, em outra loja maçônica, na Filadélfia.

O Areópago de Itambé

A Maçonaria, que oficialmente teve origem na Inglaterra, rapidamente se ramificou para outros países da Europa e América de Norte a Sul, disseminando os ideias iluministas e o espírito de liberdade. Em Pernambuco, a primeira loja maçônica que se tem notícia é o Areópago de Itambé. Apesar de não ser unanimidade entre os historiadores é citada em vários livros. Sua fundação teria ocorrido em 1796.

Mário Melo, na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, explica que o nome Areópago, que na Maçonaria significa reunião de maçons de graus elevados, servia para ocultar os propósitos das reuniões. Na época era crime gravíssimo o cidadão demonstrar simpatia ou participar desta sociedade.

Destaca ainda o historiador: “o Areópago de Itambé, sendo uma sociedade secreto-política era, em verdade, uma loja maçônica, fundada para cogitar da liberdade do povo pernambucano, de acordo com o que sucedera na França, nos Estados Unidos e estava combinado realizar-se em toda a América Latina”.

Sobre a escolha do local, Gilvan de Oliveira, Mestre da Loja Maçônica Simbólica Areópago de Itambé, que hoje funciona a

poucos metros da loja original, explica que Itambé foi uma escolha estratégica do seu fundador Manuel de Arruda Câmara, que começou os estudos no Convento Carmelita de Goiana e de lá partiu para a Universidade de Coimbra e depois Montpellier, na França, onde fez doutorado em medicina e se iniciou na Maçonaria, quando os ideais da Revolução Francesa estavam no auge.

De volta ao Brasil e inconformado com o quadro de injustiça social, escolheu Itambé para abrir uma loja maçônica, pois ficava em uma localidade escondida, distante da capital. Tratava-se de um povoado do município de Goiana, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, sendo assim, reunia participantes das duas províncias.

Em 1801, houve a Conspiração dos Suassuna, que pretendia proclamar a separação de Pernambuco da metrópole. O movimento foi articulado pelos irmãos Luís, José e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Porém, a revolução não se concretizou por ter sido denunciada ao governo da capitania. A coroa portuguesa tomou conhecimento da loja maçônica em Itambé, determinou o seu fechamento e prendeu os maçons, que foram depois libertados por falta de provas.

Além de Arruda Câmara, que voltou para Lisboa após a dissolução do Areópago,

faziam parte desta congregação os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Felix Cardoso, José Pereira Tinoco, Antônio Albuquerque e João Ribeiro Pessoa, quase todos revolucionários de 1817. Percebe-se desta forma, que o espaço físico foi fechado, mas o espírito libertário não se aprisionou, muito pelo contrário, ele se expandiu.

Vários centros maçônicos começaram a surgir: Francisco de Paula Cavalcanti, se reunia no Engenho Suassuna, no Cabo; no Recife foi fundada a Academia do Paraíso, sob a liderança do padre João Ribeiro. Cruz Cabugá, iniciado na Europa, ao chegar no Recife fundou em sua casa a loja Pernambuco do Oriente; Domingos José Martins, maçom de grande prestígio também no exterior, fundou no seu domicílio, a loja Pernambuco do Ocidente. Da “oficina” de Igarassu fazia parte Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, o patriarca da Independência.

Sobre esse fenômeno, Mário Melo ressalta que no século XIX em Pernambuco, “a liberdade partiu do seio das sociedades secretas, dos lábios dos adeptos da maçonaria para os ouvidos da multidão.”

No entanto, é importante ressaltar que a Maçonaria, assim como qualquer outra entidade, tinha seus conflitos e divisões. O historiador Evaldo Cabral de Mello, citado no livro 1822 de Laurentino Gomes, afirma

que: “a Revolução Pernambucana de 1817 foi uma insurreição que escapou ao controle da Maçonaria portuguesa e fluminense. Segundo ele, enquanto as lojas do Rio de Janeiro permaneceram até as vésperas da Independência controladas pelo Grande Oriente Lusitano, que defendia o ponto de vista da coroa portuguesa, o ramo de Pernambuco filiou-se à Maçonaria inglesa por intermédio de Domingos José Martins, líder da revolução de 1817. Desde então, as lojas pernambucanas haviam se tornado exclusivamente brasileiras, proibindo a entrada de portugueses.”

A Maçonaria e a Independência do Brasil

Em 1822, a Maçonaria desempenhou um papel ativo no processo de Independência do Brasil, funcionando muitas vezes como centros políticos. Destas reuniões resultaram o abaixo-assinado entregue ao príncipe regente no Dia do Fico, a convocação da Assembleia Constituinte, a aclamação de dom Pedro como “defensor perpétuo do Brasil” e depois como imperador. Uma das figuras centrais na articulação da nossa independência, José Bonifácio, foi o primeiro grão-mestre da Maçonaria brasileira, do Grande Oriente do Brasil, que tinha jurisdição nacional.

Porém, importante salientar, que a Maçonaria não era um corpo coeso, já que os maiores embates políticos da época aconteceram justamente nestes encontros. Havia uma unanimidade, todos queriam a Independência do Brasil. Porém, tinha uma grande divisão interna, pois enquanto o grupo de José Bonifácio defendia a separação de Portugal, para transformar o Brasil em uma monarquia constitucionalista; o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo advogava pela independência com a instituição de uma república e eleições diretas para a Constituinte, mas acabou derrotado pelos opositores.

O próprio dom Pedro decidiu entrar para a Maçonaria e foi recebido com o nome de “Guatimozim”, que significa o iniciado nos

mistérios. O príncipe logo seria elevado à categoria de grão-mestre na loja do Grande Oriente, em uma clara demonstração de como a maçonaria pretendia envolver o monarca no processo de libertação nacional. No entanto, dom Pedro I, já imperador, cravou uma espada no coração da Maçonaria, determinando o seu fechamento, pois sabia que a sociedade não apoiaria um governante com poderes absolutistas. Somente em 1831, após a abdicação de dom Pedro I, a maçonaria voltou a funcionar.

Sobre o propósito atual da Maçonaria, Gilvan de Oliveira responde: “antigamente os pedreiros construíam templos de pedra e cal, os pedreiros de hoje, os maçons, constroem um templo dentro deles, a finalidade da Maçonaria é tornar feliz a humanidade.”



A vibrant advertisement for Tambaú's 60th anniversary. The background is a bright yellow with a red wavy border at the bottom. At the top, a large banner reads "HÁ 60 ANOS SE TEM FAMÍLIA" in stylized, colorful letters, with "Tem TAMBAÚ" written below it. The banner is decorated with illustrations of various fruits like tomatoes, lemons, and oranges. Below the banner, a row of Tambaú products is displayed, including a jar of Cajunada, a bottle of Pimenta, a jar of Barbecue sauce, a bottle of Leite de Coco, a bottle of Catupiry, a jar of Molho Tradicional, a bag of Azeitonas Verdes, a bottle of Mostarda, and a jar of Geleada. At the bottom, a red banner contains white text celebrating the 60th anniversary and expressing gratitude to customers. The Tambaú logo and "60 ANOS" are prominently displayed in the bottom right corner, surrounded by more fruit illustrations.

HÁ 60 ANOS SE TEM FAMÍLIA
Tem TAMBAÚ

A Tambaú nasceu de um sonho. Desde 1962, traz sabor e qualidade às famílias do nosso Nordeste. E a gente fica cheio de orgulho quando vê que, nesses 60 anos, somos convidados a entrar em sua casa e dividir os melhores momentos com você. Obrigado por nos deixar fazer parte da sua família, assim como vocês fazem parte da nossa.

Tambaú | **60 ANOS**



Artigos

Força.
Coragem.
Autonomia.

O Recife é palco de revoluções
e os ideais que moveram
a Independência
movimentam o nosso povo.

Homenagem das vereadoras e dos vereadores
da Câmara Municipal do Recife



Pernambuco, 200 anos

Luiz Otavio Cavalcanti

Ex-presidente da Fundação Joaquim Nabuco e atualmente professor da Uninassau

Pernambuco não é só lugar. Pedaco de terra mutilado pelo Imperador. É emblema de resistência contra a pobreza. Estandarte de cores a favor do Carnaval. Pernambucano é geralmente magro. Como João Cabral de Melo Neto. Excepcionalmente, gordo, como Ascenço Ferreira. Temperamento apaixonado. A seu modo, conservador. Na macheza. Enlaçado em corporativismo. Desconfiado. Mas sensível a mudanças.

Pernambuco é, ao mesmo tempo, ligado ao passado e ao futuro. Tem o segundo mais antigo (e moderno) Instituto Arqueológico do país. E projeta no Porto Digital trilhas que desembocam na pós modernidade virtual. Pernambuco não tem limite de espaços. Nem de montanhas. Seu horizonte é o mar. Sua vocação, navegar. Está, aí, Suape. Para provar.

Sim, a cultura é um xodó pernambucano. Manuel Bandeira, modernista em 22. Luiz Gonzaga, criador do baião, no Sertão. Chico Science, do mangue ao beat, fluvial. Aloísio Magalhães, do traço inspirador à proteção de bens imateriais. Olinda !

Duas escolas políticas.

Pernambuco mantém, no organograma do poder, duas escolas políticas. A de moderação e a de exaltação. A escola política de moderação foi representada, no Império, por Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda. Primeiro-ministro e ministro em vários gabinetes. Hábil, conciliador e longo. Na república, a moderação esteve com Marco Maciel. Um marquês republicano. Nos modos e nos fazeres. Calmo e reflexivo. Quem tem prazo não tem pressa. Deputado, governador,

ministro e vice presidente.

A escola política da exaltação foi representada, no Império, por quatro movimentos: a Revolução de 1817, a dos maçons, com Domingos José Martins; o Movimento Constitucionalista de 1821, com Gervásio Pires Ferreira; a Revolução de 1824, a dos padres, com Frei Caneca; a Revolução Praieira, de 1848, exemplar de movimento social genuíno no dizer de Amaro Quintas.

Na República, a exaltação era Agamenon. A hora agá, agá, Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães. Deputado, ministro da CLT, ministro da primeira lei eleitoral, interventor e governador. O sistema mudou, eu mudo com ele.

Não ao caciquismo

Pernambuco não gosta de caciques. Flerta com lideranças fortes. Mas casa mesmo com a alternância política. No início do século 20, elegeu representante da açucarocracia, Rosa e Silva.

Em 1910, a oligarquia era derrubada na eleição de Dantas Barreto. O povão cresceu. E mudou a política. Desgastado por brigas até com aliados, o Dantismo é derrotado por ex-aliado, Manuel Borba. Que governou o estado de 1915 a 1919.

A seguir, foi eleito o juiz, Sérgio Loreto. A magistratura no poder. Em seguida, Estácio Coimbra. Da aristocracia. De quem Gilberto Freyre foi oficial de gabinete. E Eurico Chaves, secretário de Segurança. Com a Revolução de 30, assume o interventor Agamenon Magalhães.

Na era moderna, após o general Cordeiro de Farias, vem o industrial Cid Sampaio. E, depois dele, o líder de esquerda, Miguel Arraes. Como se vê, a alternância é gosto político do pernambucano.

Fundação do Pernambuco moderno

O Pernambuco moderno foi fundado duas vezes. O Pernambuco moderno industrial. E o Pernambuco moderno social. Industrialmente, Pernambuco foi fundado, em 1958, pelo empresário, Cid Sampaio. Até então, o vocabulário na economia estadual era rural. A partir de Cid, com a SUDENE e a COPERBO, Pernambuco passou a falar o idioma do desenvolvimento. Mudou o verbo, mudou o foco e mudou a paisagem. Incorporando fábricas, incentivos e produtividade.

Socialmente, Pernambuco foi fundado, em 1962, por Miguel Arraes. Até então, o poder fora exercido pelas classes médias. A classe média rural com o PSD dos coronéis. E a classe média

urbana com a UDN. Com Arraes, o povo sentou na cadeira do Palácio do Campo das Princesas. Mudou o discurso, mudaram as prioridades e mudou o tempo. Chegou o tempo do chapéu de palha.

Pernambuco moderno foi industrial e social. Complementares na ação e no tempo. Calibrados na sensibilidade do eleitor. Cid, em prol do crescimento. Arraes, contra a pobreza, a desigualdade. Depois, vieram os novos turcos. Mas isto é outra história.

Suape, porto e ecologia.

Suape é mar, calcáreo e vocação. Vocação para a ecologia, colado ao engenho Massangana, de Nabuco. Vocação para porto, aberto ao Atlântico Sul. Vocação para indústria, na retroterra.

Funciona para dentro do país, na intermediação comercial à outros estados do Nordeste. Funciona para fora, na conexão frontal com Europa ibérica. E com África. Sem falar Miami, a dez horas de voo.

Suape já conta com plano diretor, gestão de porto concebido e infraestrutura inicial. Já sedia plantas produtivas de cimento, indústria naval, refinaria, combustíveis.

E Suape também tem parque metropolitano. Armando Holanda. Inventor de habitação tropical. Valorizando o Cabo de Santo Agostinho, ponta que anuncia o sol. E admira a lua.

Só falta uma coisa: um museu. Museu marítimo, portuário, ecológico, histórico, de caranguejos, pescados, acolhendo documentação de engenhos, de ruínas dos fortes lá fincados. Museu da Maresia de Suape. Em consórcio com a Fundação Joaquim Nabuco. Que agora, ali, cultiva cultura, onde antes era cana. No Massangana.

O SETOR SUCROENERGÉTICO É CERTEZA DE INTEGRAÇÃO
COM DESENVOLVIMENTO DESCENTRALIZADO E SEU EFEITO
MULTIPLICADOR ATINGE A MAIS DE 50 MUNICÍPIOS EM
PERNAMBUCO.



SINDAÇUCAR®

81 anos

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cais da Alfândega, 130 • CEP 50030-100 • Bairro do Recife
Recife • Pernambuco • Brasil
sindacucar@sindacucar.com.br - www.sindacucar.com.br
Telefone 81 2137 7622 • Fax 81 2137 7623

Ideário liberal do Movimento de 1817

Leonardo Dantas Silva
Historiador e Coordenador de Pesquisa do Instituto Ricardo Brennand

O século XVIII, conhecido como o *Século do Iluminismo*, teve a sua segunda metade tomada por uma total revisão no âmbito social das ideias, a partir da *Declaração de Independência* das treze colônias inglesas, que vieram a se constituir nos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1776, com repercussões nos movimentos que antecederam a *Revolução Francesa de 1789*.

Autores de várias nacionalidades vieram expressar os seus princípios democráticos e nacionalistas, pondo em discussão o direito divino dos reis e despertando a burguesia para os princípios da *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, mais tarde consagrados na *Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)*.

Filósofos como o suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que em 1762 fez publicar *Du Contrat Social (Do Contrato Social)*, formulando uma nova teoria do Estado, fundamentado na convenção entre os homens com base no princípio da soberania popular; e Charles Louis de Secondat Montesquieu (1689-1755), autor de *L'Esprit des Lois (O Espírito das Leis)*¹ eram lidos e discutidos não somente na França como em outros países. As obras poéticas e filosóficas de Voltaire (1694-1778), pseudônimo de François Marie Arouet²,

¹ *Do Espírito das Leis (De l'esprit des lois)*, publicado em 1748, é o livro no qual Montesquieu elabora conceitos sobre formas de governo e exercícios da autoridade política que se tornaram pontos doutrinários básicos da ciência política. Suas teorias exerceram profunda influência no pensamento político moderno. Elas inspiram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789, durante a Revolução Francesa

autor do *Dicionário Filosófico*; de Denis Diderot (1713-1784), editor da *Encyclopédia Diderot*; e do italiano Cesare Beccaria (1738-1794), autor do clássico *Dos Delitos e das Penas* (1764), despertavam a juventude para um novo comportamento.

A esse movimento de ideias não ficaram alheios os estudantes da Universidade de Coimbra que, levados pela atuação das Lojas Maçônicas, presentes em Portugal desde 1740, tornaram-se ávidos leitores daqueles filósofos cujas obras eram proibidas em Portugal e em suas colônias³.

O ambiente em que viviam os estudantes daquela universidade portuguesa e as discussões motivadas pela influência das diversas correntes de ideias se depreende das páginas do Processo n.º 8094/1779 da Inquisição de Coimbra, por mim anotado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). Nele foram denunciados nove estudantes brasileiros, então matriculados na Universidade de Coimbra, dentre os quais Antônio de Moraes Silva (Rio de Janeiro, 1º de Agosto de 1755 - Recife, 11 de Abril de 1824), que vem a ser o primeiro dicionarista da língua portuguesa e que, em 1817, seria nomeado membro do *Conselho de Estado da República de Pernambuco*⁴.

O processo é fruto da denúncia do estudante de Geometria Francisco Cândido Chaves, 23 anos, ao Tribunal da Inquisição de Coimbra em 17 de maio de 1779, onde afirma que na casa do também estudante Antônio de Moraes Silva, brasileiro nascido no Rio de Janeiro, *se discutiam pontos de religião e se citavam autores como Helvécio, Voltaire e Rousseau, a quem chamavam de profundíssimos filósofos* e que alguns estudantes *“eram aliciadores da seita dos Pedreiros Livres”*, como se denominavam na época os simpatizantes da maçonaria.

Ao depor em sua defesa, no processo movido contra si e mais oito colegas, Antônio Moraes Silva, na audiência de 28 de maio, declarou estar cursando o quinto ano do curso jurídico, sendo filho de Antônio de Moraes e Silva e de Rosa Maria de Carvalho, com idade de 23 anos, mora-

² François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (Paris, 21 de novembro de 1694 — Paris, 30 de maio de 1778), foi um escritor, ensaísta, deísta e filósofo...

³ “Pedreiros livres; membros de uma sociedade secreta, espalhada por todo o globo, e que se supõe ter principiado por uma associação de arquitetos de diversas nações, na Idade Média, outros pretendem que teve origem na construção do templo de Salomão”; Dicionário da Língua Portuguesa, composto por Antônio Moraes Silva. Lisboa, 1858. 6ª ed.

⁴ Antônio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1755, transferindo-se para Portugal, em 1774, onde se matriculou no Curso de Leis da Universidade de Coimbra, tendo concluído em 1779. Em 1789 publica o primeiro Dicionário da Língua Portuguesa, cujos direitos autorais vendera aos livreiros Borel & Cia. por 2 000 cruzados, recebendo ainda uma gratificação de 600.000 reis. Vem a falecer no Recife [residia no prédio de esquina da atual Rua Nova com a Rua do Sol], em 11 de abril de 1824, sendo o seu corpo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, na Rua Nova.

dor da Rua do Loureiro, Freguesia do Salvador, Coimbra. Nas audiências de 12 e 18 de junho, 6 e 7 de julho, disse ainda ser aplicado no estudo das línguas francesa, inglesa e italiana, sendo leitor de obras do Conde de Mirabeau (Honoré Gabriel Riqueti, 1749-1791), de quem lera o *Sistema da Natureza e Instituições Políticas*; bem como das obras de Montesquieu, *Cavaleiro de Milagan (sic)* e *Quadro da História Moderna (sic)*; Beccaria, *Tratado dos delitos e das penas*; Voltai-re, *Obras poéticas*, e Rousseau.

Na sua defesa, porém, diz “*não entender nem entende que toque ao Santo Ofício puni-lo por essa razão, pois que o conhecimento [de tal matéria] está reservado a Real Mesa Censória*”. Disse ainda ter emprestado a obra de Mirabeau a José Antônio de Mello, conhecido por *Misanthropo*, que afirmou *ser a dita obra perigosíssima e capaz de enganar a todos que não soubessem Filosofia, mas que ele não deixará de achar alguma preciosidade*. Concluindo o curso de Medicina, em 1778, José Antônio se transferira para Pernambuco, no mês de novembro daquele ano, levando consigo a obra de Mirabeau. (Processo n.º 8094/ANTT).

Mas a Inquisição do final do século XVIII não era a mesma de tempos passados: os seus segredos já vazavam para o mundo exterior...

Sabedor por um informante da sentença do inquisidor José Antônio Ribeiro de Moura, prolatada em 20 de julho de 1779, condenando a si e todos os demais companheiros por crime de heresia e apostasia, Antônio de Moraes Silva fugiu com destino a Lisboa, escondido numa carroça de feno.

Dias depois, contando novamente com o concurso de amigos, se transfere para Londres onde permaneceu sob a proteção do embaixador de Portugal na Grã Bretanha, tenente-general Luís Pinto de Souza Coutinho, futuro Conde de Balsemão, a quem ele dedica a primeira edição do seu *Diccionario da Língua Portuguesa* (1789).

No mesmo processo, o estudante Vicente Júlio Fernandes, filho de Júlio Fernandes, 25 anos de idade, natural da Ilha da Madeira, então condenado por heresia e apostasia, depondo em 30 de agosto de 1779, afirma que o estudante Francisco de Mello Franco “levara de sua casa dois ou mais tomos das *Cartas do Marquês d’Argent* para ler, os quais lhe emprestara Antônio de Moraes Silva, que lhe disse ter lido o *Sistema da Natureza*”, obtido por empréstimo a José Antônio da Silva Mello a quem tratava por *Misanthropo*.

Depois de exercer atividades diplomáticas em Londres, Roma, e Paris, Antônio de Moraes e Silva regressa a Portugal. Em Lisboa, novamente comparece ao Tribunal do Santo Ofício, na

data de 21 de janeiro de 1785, (Processo n.º 2015), apresentando atestado de ter procedido como bom católico, assinado pelo padre Ricardo a Sto. Silvano, vice provincial dos carmelitas descalços na Inglaterra, datado de 23 de novembro de 1784. Em sua confissão diz que, quando estudante em Coimbra, discutia com vários colegas acerca de matérias da religião, *reduzindo todos os dogmas aos ditames da razão, desprezando as verdades reveladas pelo lume da fé*; que lera livros anticatólicos, como Emile [*Emílio, ou Da Educação*]⁵, de Rousseau. Absolvido, em 23 de dezembro de 1785, teve como pena de *levi* [pena menor] a de confessar-se nas quatro festas do ano – *Natal, Páscoa da Ressurreição, Pentecostes e Assunção de Nossa Senhora* – e o preceito de certas e determinadas orações.

Novamente indiciado pela Inquisição de Lisboa (Processo n.º 14.215), Antônio de Moraes Silva se vê compelido a retornar ao Brasil e assim tentar nova vida. Já casado com Narcisa Pereira da Silva, filha do tenente-coronel José Roberto Pereira da Silva, transfere-se para Pernambuco (*Paranambuco*), em 30 de abril de 1788, segundo denúncia de Escolástica Maurizia⁶.

Estabelecido no Recife, morador na Rua Nova, a partir de 1796, se transforma em proprietário do Engenho Novo da Muribeca, que recebera de seu sogro, onde veio a escrever a segunda e mais importante edição do seu *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) – *recompilada, emendada e muito acrescentada*, a partir da qual passa o seu nome a figurar como autor.

⁵ *Emílio, ou Da Educação* é uma obra filosófica sobre a natureza do homem, escrita por Jean-Jacques Rousseau em 1762, no qual aborda temas políticos e filosóficos referentes à relação do indivíduo com a sociedade, particularmente explica como o indivíduo pode conservar sua bondade natural (Rousseau sustenta que o homem é bom por natureza), enquanto participa de uma sociedade inevitavelmente corrupta. “No *Emílio*, Rousseau propõe, mediante a descrição do homem, um sistema educativo que permita ao “homem natural” conviver com essa sociedade corrupta. Rousseau acompanha o tratado de uma história romanceada do jovem Emílio e seu tutor; para ilustrar como se deve educar ao cidadão ideal. No entanto, *Emílio* não é um guia detalhado, ainda sim inclui alguns conselhos sobre como educar as crianças. Hoje se considera o primeiro tratado sobre filosofia da educação no mundo ocidental”. – [wikipedia.org/wiki/Emílio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Emílio_(obra_de_Rousseau))

⁶ Inquisição de Lisboa Processo n.º 14. 215/1788 – ANTT (Lisboa).

Goiana: o berçário da independência em Pernambuco

David Borges

Formado em História pela UNICAP, professor efetivo na Secretaria de Educação de Alagoas e Mestrando em História, Culturas e Poderes (PPGH - UFPE)

A república pode até ter nascido em Olinda, como nos diz o hino, mas com certeza foi gerada na Vila de Goiana: o epicentro político, econômico e social de um vasto território no norte de Pernambuco, lugar primordial do vocabulário ideológico dos patriotas de 1817. A participação da então vila no movimento que propunha uma República é inegável. No entanto, pouco nos damos conta de como a partir de Goiana se irradiou o ideário do liberalismo político e como isso influenciou, mais na frente, a independência em 1822. Afinal, lembremos sempre que foi em Goiana, num povoado distante dos olhares das autoridades régias, que se fundou o Areópago de Itambé, considerado, não sem contestações, a primeira loja maçônica do Brasil, fundada em 1796. O Areópago não foi outra coisa senão a incubadora dos movimentos revolucionários que sacudiram Pernambuco na primeira metade do século XIX. É por isso que, abafado o movimento de 1817, as ideias libertárias ainda circularam pelas ruas e engenhos goianenses. Desse modo fica mais fácil entender o porquê de Goiana ter sido, por mais uma vez, a sede de mais um experimento político definidor da história não só de Pernambuco como do Brasil: a Junta Governativa de Goiana. É preciso reconhecer que diante do esvaziamento do poder no Rio de Janeiro, causado pela volta de dom João VI a Portugal, Goiana já impulsionava o que estava por vir: a Independência do Brasil. É que o desdobramento da Junta de Goiana, que mais na frente se transformou na Junta Governativa Provisória de Pernambuco, depois da conhecida Convenção de



PERNAMBUCO SEMPRE PRESENTE NA HISTÓRIA

Celebrar os 200 anos de independência é renovar o compromisso com a democracia e seus valores, e reconhecer o relevante papel das instituições públicas para o engrandecimento da Nação.

Na data que se comemora o bicentenário da independência do Brasil, o Tribunal de Contas de Pernambuco, que sempre esteve na vanguarda da fiscalização e orientação da gestão pública, reitera seu compromisso em ser o guardião do controle e da boa governança da Administração Pública.

No contexto do 7 de setembro, os Tribunais de Contas estão presentes como um dos pilares da defesa da República, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos em prol do bem estar da sociedade brasileira.



Beberibe, se não deixou claro ao menos sinalizou a dom Pedro I que, apesar da repressão de Luís do Rego, a tempestade do liberalismo pernambucano não tinha se desfeito por completo e, naquela altura, poderia invadir o céu do que restou da corte no Rio de Janeiro, causando grandes embaraços. Os sinais emitidos de Pernambuco talvez colaboraram para a percepção de que: ou era a independência ou a morte de qualquer projeto político futuro de uma suposta nação brasileira liderada por um monarca português. Pois é. Creio que sem Goiana nada disso teria acontecido como aconteceu.

PER NAM BUCO

ALÉM DA → CRISE

A TGI Consultoria e a Revista Algomais entendem que o que está além da crise em Pernambuco é a oportunidade de aproveitar a pós-pandemia para resgatar o pioneirismo histórico na liderança de ideias e ações avançadas como o fez, por exemplo, na Independência do Brasil e, com o Condepe, na criação da Sudene. Sendo assim, resgatar a capacidade de planejamento de longo prazo em face de um planeta e um país conturbados pelas aceleradas mudanças climáticas e pela nova geopolítica global é vital para nosso futuro sustentável. Conscientes desse desafio, a TGI e a Algomais se colocam a serviço dele!



TGI®
CONSULTORIA

algomais
A REVISTA DE PERNAMBUCO

GÁS NATURAL.

TODAS AS VANTAGENS
PARA QUEM QUER
ECONOMIA, SEGURANÇA
E PRATICIDADE.

QUEM TEM GÁS NATURAL,
SÓ VÊ VANTAGEM.



Copergás

Companhia
Pernambucana
de Gás

copergas.com.br

